

O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21

Legado em Transformação



Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC

*O Brasil e o trabalho infantil
no início do século 21*

Legado em Transformação

*O Brasil e o trabalho infantil
no início do século 21*

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004
1ª edição 2004

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21/Ana Lúcia Kassouf
(coordenadora). – Brasília : OIT, 2004.
120 p. : il., mapas color., tab.

ISBN 92-2-815868-9

1. Trabalho infantil. 2. Educação. 3. Segurança no trabalho. 4.
Renda. 5. PNAD. I. Kassouf, Ana Lúcia. II. Almeida, Alexandre Nunes
de. III. Ferro, Andrea R. IV. Pontili, Rosangela Maria.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país, ao território citado, às suas autoridades ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho. O fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Recursos para essa publicação da OIT foram promovidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. De igual maneira, a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma de endosso do Governo dos Estados Unidos.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no International Labour Office, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

Impresso no Brasil

Edição

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Armand F. Pereira

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenação e Supervisão Geral - SIMPOC/IPEC/OIT

Angela Martins Oliveira

Coordenadora do Estudo

Ana Lúcia Kassouf

Equipe de Trabalho

Alexandre Nunes de Almeida, Andrea Rodrigues Ferro e Rosangela Maria Pontili

Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Nadir Magalhães, assistente administrativa

Paula Fonseca, assistente administrativa

Revisão Técnica do Estudo

Angela Martins Oliveira, especialista sênior em estatística

Andréa Bolzon, consultora externa

Projeto Gráfico

PHD Design Gráfico

Assistente de Arte

Luciana Oliveira

Revisão de Textos

Susana Souto

Fotografias

Nicolau El-Moor



A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros. O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil



Sumário

Resumo executivo.....	14
Introdução.....	15
1. Visão geral do país.....	15
1.1. População e capital humano.....	20
1.2. Estrutura econômica.....	23
2. Justificativa para a pesquisa.....	26
2.1. Situação global do trabalho infantil.....	26
2.2. Situação nacional do trabalho infantil.....	28
3. Aspectos legais.....	34
4. Ambiente institucional.....	35
5. Objetivos da pesquisa e organização do relatório.....	40
Metodologia e coleta de dados.....	41
Definições de trabalho infantil e trabalho infantil perigoso.....	43
Características da população pesquisada.....	45
Atividades das crianças.....	51
1. Trabalho.....	55
2. Características do trabalho.....	57
3. Frequência escolar.....	60
4. Percepção das razões para o trabalho infantil e contribuição da criança para o rendimento familiar.....	65
Incidência e características do trabalho infantil perigoso.....	69
Trabalho infantil perigoso, saúde da criança e segurança no trabalho.....	81
Principais ações de combate ao trabalho infantil no Brasil.....	95
1. Bolsa Escola.....	95
2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).....	97
3. Cooperação Internacional.....	101
Recomendações a gestores públicos.....	103
Conclusão.....	107
Referências bibliográficas.....	113

Mapas e Gráficos

Mapa 1 - Brasil - Divisão político-administrativa.....	16
Mapa 2 - Densidade demográfica dos municípios brasileiros - 2000.....	18
Gráfico 1 - IDH-M longevidade, renda e educação, por unidade da federação - 2000.....	22
Gráfico 2 - PIB e porcentagem do PIB total das regiões brasileiras - 2000.....	24
Gráfico 3 - PIB per capita, Brasil e regiões, em reais - 2000.....	25
Gráfico 4 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo (5 a 17 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001.....	29
Gráfico 5 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (5 a 9 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001.....	30
Gráfico 6 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (10 a 13 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001.....	31
Gráfico 7 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (14 e 15 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001.....	32
Gráfico 8 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (16 e 17 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001.....	32
Gráfico 9 - Porcentagem no Brasil de cor/raça da população com idade entre 5 e 17 anos - 2001.....	49
Gráfico 10 - Idade média em que começou a trabalhar, segundo a faixa etária atual dos trabalhadores - 2001.....	54
Gráfico 11 - Participação dos grupos de idade em que começou a trabalhar, segundo grupos de idade da população adulta, Brasil - 2001.....	54

Tabelas

Tabela 1 - Brasil, América Latina e Caribe e países de renda média-baixa: indicadores selecionados - 2002.....	17
Tabela 2 - Distribuição da renda das pessoas, em diferentes anos e índice de Gini - 1986 - 1999.....	18
Tabela 3 - Número de pobres e proporção de pobres, por unidade da federação - 1999.....	19
Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, taxa de analfabetismo e taxa de atraso escolar dos estados brasileiros - 2000.....	21
Tabela 5 - Média do salário hora, percentual de ocupados com carteira assinada e número médio de anos de estudo para população com 25 anos e mais, segundo as regiões brasileiras - 2001.....	23
Tabela 6 - PIB e percentual do PIB total, por setor e por regiões do Brasil, em R\$ bilhões - 2000.....	25

Tabela 7 - Exportações e importações brasileiras, em US\$ milhões - 1992, 2001 e 2002.....	26
Tabela 8 - Estimativa do percentual de crianças de 5-14 anos economicamente ativas no mundo - 2000.....	27
Tabela 9 - Número e percentual de crianças economicamente ativas, trabalho infantil e piores formas de trabalho infantil - 2000 (por idade).....	28
Tabela 10 - Percentual de adolescentes que declararam ter trabalhado no Brasil, na semana de referência, segundo a idade, o sexo e a situação do domicílio - 2001.....	33
Tabela 11 - Percentual de adolescentes que declararam ter trabalhado no Brasil, no período de um ano anterior à pesquisa, segundo a idade, o sexo e a situação do domicílio - 2001.....	33
Tabela 12 - Porcentagem de crianças que trabalham e que não trabalham, por faixa de rendimento familiar per capita e grupos de idade - 2001.....	46
Tabela 13 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - 2001.....	46
Tabela 14 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por sexo e situação do domicílio- 2001.....	47
Tabela 15 - Percentual de crianças de 6 a 15 anos de idade que recebem e que não recebem Bolsa Escola, segundo ocupação e grupos de idade, Brasil - 2001.....	48
Tabela 16 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos e 16 e 17 anos trabalhando, de acordo com a cor/raça - 2001.....	49
Tabela 17 - Porcentagem de crianças de 7 a 17 anos, em diferentes categorias - 2001.....	52
Tabela 18 - Crianças e adolescentes que realizam atividades domésticas no domicílio - 2001.....	53
Tabela 19 - Número de horas em atividades domésticas no domicílio (não entram no cálculo do nº de trabalhadores) - 2001.....	53
Tabela 20 - Total de crianças de 5 a 15 anos e 16 a 17 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento na população, por situação do domicílio e sexo - 2001.....	55
Tabela 21 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - 2001.....	56
Tabela 22 - Número absoluto e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por estado e região - 2001.....	57
Tabela 23 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos, trabalhando, por grupos de idade, estratificada por atividades, situação do domicílio, e sexo - 2001.....	58
Tabela 24 - Número absoluto e porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade e ramo de atividade - 2001.....	58
Tabela 25 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001.....	59
Tabela 26 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificado pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001.....	60
Tabela 27 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade, situação do domicílio e se	

Tabela 28 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não, de acordo com o número médio de anos de escolaridade, por idade - 2001.....	62
Tabela 29 - Porcentagem de crianças de 7 a 17 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola e faixa etária - 2001.....	62
Tabela 30 - Porcentagem de crianças de 7 a 17 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses, segundo grupo de idade - 2001.....	63
Tabela 31- Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - 2001.....	63
Tabela 32 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal de não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - 2001.....	64
Tabela 33 - Informante das questões referentes à percepção sobre o trabalho infantil - 2001.....	65
Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, de acordo com a satisfação no emprego, nos meios urbano e rural - 2001.....	65
Tabela 35 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade, de acordo com o motivo principal pelo qual não estavam satisfeitos com o emprego, no meio urbano e rural - 2001.....	66
Tabela 36 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade, de acordo com o motivo principal pelo qual tinha que trabalhar, no meio urbano e rural - 2001.....	66
Tabela 37 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças/jovens contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - 2001.....	67
Tabela 38 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, região e Brasil urbano/rural - 2001.....	69
Tabela 39 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades perigosas, por ocupação - 2001.....	71
Tabela 40 - Número e proporção de pessoas de 5 a 13 anos e de 14 a 17 anos em atividades perigosas no Brasil, por ocupação - 2001.....	72
Tabela 41 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em determinadas ocupações perigosas, nas áreas urbana e rural do Brasil - 2001.....	73
Tabela 42 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em determinadas ocupações perigosas, por região do Brasil - 2001.....	74
Tabela 43 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em determinadas ocupações perigosas, por unidade da federação - 2001.....	76
Tabela 44 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades perigosas no Brasil que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra-2001.....	81
Tabela 45 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - 2001.....	83
Tabela 46 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas no Brasil que declararam ter se machucado na atividade que exerciam, por área urbana/rural - 2001.....	84

Tabela 47 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas no Brasil que declararam ter se machucado na atividade que exerciam, por região - 2001.....	86
Tabela 48 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação, em cada região do Brasil - 2001.....	88
Tabela 49 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação, nas áreas rural e urbana do Brasil - 2001.....	93
Tabela 50 - Cobertura, gastos em milhões de reais e gastos per capita em reais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Brasil, 1996-2001.....	99

Resumo executivo

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar o perfil do trabalho infantil no Brasil. Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que em 2001 trouxe um Suplemento Especial com dados sobre o trabalho infantil. Esse Suplemento foi financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no âmbito de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC).

O trabalho está organizado em nove partes. Na introdução é apresentada uma visão geral do país no que se refere à divisão político-administrativa, distribuição de renda, indicadores da economia e à evolução do trabalho infantil no Brasil, onde destacam-se as desigualdades regionais e o fato de a incidência de trabalho infantil ter diminuído ao longo da última década, embora os números continuem elevados.

Em seguida, os capítulos 2 e 3 tratam da metodologia e dos dados utilizados, bem como da definição do trabalho infantil e do trabalho infantil perigoso. A partir do capítulo 4 são efetivamente analisados os dados da amostra, sendo que no quinto capítulo discutem-se as atividades das crianças e as relações entre estudo e trabalho, bem como as percepções das crianças a respeito destas atividades. Embora exista no Brasil mais de 3 milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, apenas 35% delas recebem algum pagamento por isso. Já entre os jovens de 16 e 17 anos de idade, 35% trabalham e, destes, 70% são remunerados. A maior parte das crianças e jovens que trabalham no Brasil são meninos e moram na área rural. O ramo de atividade que mais emprega é o agrícola, seguido por serviços e comércio. A região relativamente mais pobre do nordeste é a que tem a maior proporção de crianças e jovens trabalhando.

Os capítulos 6 e 7 tratam especificamente do trabalho perigoso. A proporção de pessoas em trabalhos perigosos é alta, com mais de 30% na área rural e mais de 40% na área urbana, e as principais ocupações são as agrícolas, seguidas do trabalho doméstico e do comércio ambulante. Na oitava parte são descritas, sucintamente, algumas ações que visam o combate e a erradicação do trabalho infantil, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola, este último incorporado recentemente ao Bolsa Família. Finalmente, o capítulo 9 apresenta as principais conclusões. Nota-se que o país conta com um ambiente institucional bastante evoluído na área do combate e erradicação do trabalho infantil, embora ainda seja necessário conscientizar a população sobre os efeitos negativos na saúde e na renda que o trabalho infantil pode causar.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar o perfil do trabalho infantil no Brasil, analisando aspectos relacionados à escolaridade, ao tipo de trabalho, ao rendimento, às atividades desenvolvidas, à renda, aos acidentes de trabalho e muitos outros. Para atingir tal objetivo, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, que traz um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil e que foi financiada pela Organização Internacional do Trabalho, por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) e de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC). Esta análise está focada na população de 5 a 17 anos de idade que trabalhava na semana de referência, separada em dois grupos de idade: as crianças e adolescentes de 5 a 15 anos e os jovens de 16 e 17 anos de idade. As crianças foram consideradas trabalhadoras se tinham trabalhado na semana anterior à entrevista, ou se produziam alimento para consumo próprio, ou trabalhavam na construção para próprio uso, ou se trabalhavam mas não estavam trabalhando naquela semana, por estarem de férias ou por terem problemas de saúde. Dessa forma, o trabalho doméstico no próprio domicílio não está incluído nas ocupações das crianças, o que pode subestimar os resultados encontrados, principalmente no caso das meninas. Vale lembrar também que a base de dados não inclui informações da área rural da região Norte, com exceção do estado de Tocantins, o que também subestima a incidência de trabalho infantil¹.

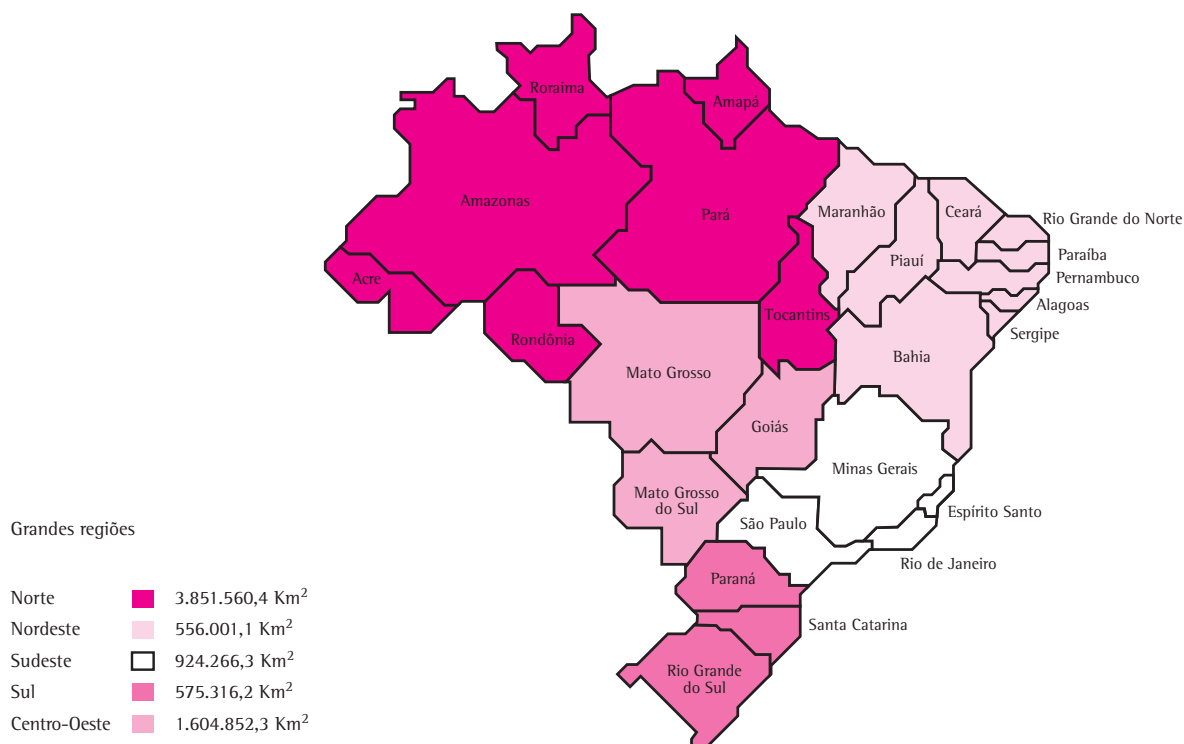
Além de analisar as atividades das crianças, adolescentes e jovens brasileiros, este trabalho também traça um panorama geral do país - incluindo aspectos econômicos, sociais e institucionais -, como forma de subsidiar a análise sobre o trabalho infantil.

1. Visão geral do país

O Brasil possui mais de 8 milhões de km², divididos entre 26 estados e Distrito Federal. Esses estados são agregados em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Dos países da América do Sul, onde está localizado, o Brasil apenas não tem fronteira com o Equador e o Chile. A divisão político-administrativa brasileira pode ser visualizada no Mapa 1.

¹ Alguns autores consideram não só crianças trabalhando, mas também as que estão procurando emprego, isto é, as economicamente ativas.

Mapa 1 - Brasil - Divisão político-administrativa



Fonte: IBGE

Segundo o Banco Mundial, em 2002, o Brasil foi considerado um país de renda média baixa, ou seja, um país cujo PIB per capita está entre US\$ 735 e US\$ 2.935. Apesar de apresentar renda per capita no limite superior dessa classificação (cerca de US\$2.800) e bem acima da média dos países de renda média-baixa, que é de US\$1.390 per capita, o PIB per capita brasileiro ainda é inferior ao PIB per capita dos países da América Latina e Caribe, como pode ser visto na Tabela 1. A Tabela 1 também mostra que os indicadores brasileiros se aproximam muito dos da América Latina e Caribe e dos países de renda média baixa, quando se trata de longevidade (entre 69 e 71 anos), analfabetismo (entre 11% e 13% da população com mais de 15 anos) e mortalidade infantil (cerca de 30 por mil nascidos vivos). Além disso, 87% dos brasileiros e 86% dos latino-americanos têm acesso à água potável, contra 81% da população dos países de renda média-baixa, e 6% das crianças brasileiras menores de 5 anos são desnutridas, contra 9% das latino-americanas e 11% das que vivem nos países de renda média baixa, sendo que a taxa de urbanização brasileira (82%) é mais próxima da dos países da América Latina e Caribe (76%) que da dos países de renda média baixa (49%).

Tabela 1- Brasil, América Latina e Caribe e países de renda média baixa: indicadores selecionados - 2001

2002	Brasil	América Latina e Caribe	Países de renda média-baixa
População - em milhões	174,5	527	2,411
Renda Nacional Bruta <i>per capita</i> (método Atlas, US\$)	2.830	3.280	1.390
Renda Nacional Bruta (Método Atlas, US\$ bilhões)	494,5	1.727	3.352
Crescimento anual médio, 1996-02			
População (%)	1,3	1,5	1
Força de trabalho (%)	1,7	2,2	1,2
Estimativas mais recentes (último ano disponível, 1996-02)			
Pobreza (% da população abaixo da linha de pobreza)	22		
População urbana (% da população total)	82	76	49
Expectativa de vida ao nascer (anos)	69	71	69
Mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	30	27	30
Desnutrição infantil (% de crianças menores de 5 anos)	6	9	11
Acesso à rede de água potável (% da população)	87	86	81
Analfabetismo (% da população maior de 15 anos)	12	11	13
Taxa bruta de matrícula primária (% da população em idade escolar)	162	130	111
Homens	166	131	111
Mulheres	159	128	110

Fonte: Banco Mundial.

Com 174,5 milhões de habitantes, a densidade demográfica no Brasil é de 20,5 hab/km², considerando o país como um todo. No entanto, o Mapa 2 mostra que a população não está igualmente distribuída pelo país. Enquanto nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, a densidade populacional é de 149 e 329 hab/km², respectivamente, no estado do Maranhão é de 17 hab/km², nos estados do Norte, como Amazonas e Acre, existem menos de 2 hab/km².



Mapa 2 - Densidade demográfica dos municípios brasileiros - 2000



As desigualdades não param por aí: sabe-se que os estados do Sul e Sudeste são bem mais desenvolvidos que os do Norte/Nordeste, levando a contrastes econômicos e sociais gritantes, em um país das dimensões do Brasil. O Produto Nacional brasileiro é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos (renda per capita de R\$5.500,00 por ano), entretanto, existe pobreza devido à má distribuição de renda. Segundo Rocha (2001), “em 1999, o 1% das pessoas que detinham os rendimentos mais elevados se apropriavam de 13% do rendimento total, proporção quase idêntica àquela apropriada pelos 50% de indivíduos na base da distribuição, o que resulta em um dos mais elevados índices de Gini do mundo” (ver Tabela 2). A desigualdade de renda do Brasil é comparável a países como Botsuana e Serra Leoa, na África.

Tabela 2 - Distribuição da renda das pessoas, em diferentes anos e índice de Gini* - 1986-1999

% das pessoas em ordem crescente da renda	1986	1989	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Até 50%	12,5	10,4	12,8	13,1	13,0	13,1	13,5	13,9
De 50 a 90%	38,7	36,4	37,4	38,7	39,1	39,3	39,0	39,3
De 90 a 99%	33,6	35,9	33,8	34,3	34,4	33,9	33,8	33,8
De 99 a 100%	15,2	17,3	16,0	13,9	13,5	13,7	13,7	13,0
Gini 100%**	0,5804	0,6228	0,5822	0,5738	0,5714	0,5700	0,5646	0,5578

Fonte: IBGE/PNADs - Tabulações Especiais.

* Rendimento de todas as origens de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento positivo.

** Valor no limite inferior calculado a partir de dados agrupados.

De acordo com Rocha (2001), “embora a renda real dos 10% de indivíduos com os rendimentos mais baixos tenha dobrado entre 1993 e 1995, o que levou a uma significativa redução da pobreza absoluta, esta mudança teve apenas um efeito marginal sobre o grau de desigualdade de renda. Na verdade, uma parte considerável desta desigualdade está associada aos rendimentos mais elevados.” A Tabela 3 mostra o número de pobres e a proporção de pobres por unidade da federação e por região do Brasil. A linha de pobreza nesse caso é calculada com base nos preços de cestas básicas em regiões metropolitanas do Brasil, conforme a pesquisa de orçamentos familiares do IBGE. O estado com a maior proporção de pobres é o de Pernambuco, mas Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas também têm valores elevados. O estado com a menor proporção de pobres, por outro lado, é Santa Catarina. Sem dúvida, o Nordeste e Norte do Brasil são as áreas mais pobres; e o Sul e Sudeste são as mais ricas.

Tabela 3 - Número de pobres e proporção de pobres, por unidade da federação - 1999

Unidades Federativas	Nº de Pobres (mil)	Proporção (%)
Norte	3.066,4	39,65
Rondônia	186,0	22,39
Acre	128,8	36,68
Amazonas	845,5	43,65
Roraima	44,8	22,79
Pará	1.361,5	42,93
Amapá	158,0	41,55
Tocantins	341,8	39,47
Nordeste	22.879,5	50,90
Maranhão	2.854,3	52,98
Piauí	1.454,6	54,05
Ceará	3.696,5	53,27
Rio Grande do Norte	1.099,0	41,72
Paraíba	1.468,6	44,04
Pernambuco	4.013,0	56,34
Alagoas	1.405,8	51,88
Sergipe	728,6	45,48
Bahia	6.159,1	49,16
Sudeste	19.600,1	28,85
Minas Gerais	4.970,5	29,37
Espírito Santo	705,7	24,24
Rio de Janeiro	3.706,6	27,88
São Paulo	10.217,3	29,35
Sul	4.749,0	19,71
Paraná	2.275,4	24,72
Santa Catarina	678,8	13,50
Rio Grande do Sul	1.794,8	18,20
Centro-Oeste	4.145,1	37,43
Mato Grosso do Sul	754,1	37,67
Mato Grosso	804,7	34,35
Goiás	1.825,4	38,05
Distrito Federal	760,9	39,39
BRASIL	54.440,1	34,95

Fonte: IBGE/PNAD, 1999 - Tabulações Especiais.

Utilizando uma metodologia um pouco diferente da de Rocha e da PNAD de 1998, Hoffmann (2001) constata que, do total de 154 milhões de pessoas com declaração de rendimento familiar per capita, 44 milhões são pobres, isto é, estão abaixo da linha de pobreza de meio salário mínimo ou R\$ 65,00 per capita em setembro de 1998, o que representa uma proporção de pobres de 28,5%. A região Nordeste tem 52% do total de pessoas pobres e se destaca por apresentar medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado no país. O autor mostra ainda que a renda média dos que estão entre os mais ricos (1%) é 58 vezes maior do que a renda média dos 50% mais pobres. A desigualdade entre regiões reflete-se na desigualdade da distribuição da renda. Por exemplo, o rendimento per capita médio no estado de São Paulo é 2,73 vezes maior do que no Nordeste. As pessoas com rendimento per capita acima de R\$1.000,00 na área urbana e R\$300,00 no meio rural constituem os 5% mais ricos de cada área, que, nos dois casos, ficam com 32,7% da renda total declarada.

1.1. População e capital humano

Com o objetivo de medir o progresso humano do Brasil, a partir de fatores que identifiquem as oportunidades de escolha das pessoas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntamente com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (MG) reuniram-se para produzir o Atlas do Desenvolvimento Humano. A orientação dessa pesquisa seguiu metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado para os países, sendo que um dos resultados obtidos com esse trabalho foi o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M foi calculado usando dados do Censo Demográfico 2000, tendo incorporado as análises de três dimensões básicas, quais sejam: a longevidade, a educação e a renda. Na dimensão educação, leva-se em consideração os índices de alfabetização da população. Com os dados da Tabela 4, pode-se fazer uma análise comparativa do IDH-M, da taxa de analfabetismo e do índice de atraso escolar, para as 26 unidades da federação e para o Distrito Federal. Percebe-se, por essas informações, que o Distrito Federal apresentou o melhor IDH-M, ficando com uma pontuação de 0,844 e tendo a menor taxa de analfabetismo (5,39%). Em seguida, vêm-se os estados das regiões Sul e Sudeste, sendo que a segunda colocação pertence à Santa Catarina e a terceira ao estado de São Paulo, com índices de 0,822 e 0,820, respectivamente.

No extremo oposto, encontra-se o Maranhão, cujo IDH-M de 0,636 foi o pior entre os estados da federação. O penúltimo estado na ordem de classificação foi Alagoas, com IDH-M de 0,649, contendo a maior taxa de analfabetismo do país, da ordem de 31,91%. Chama a atenção, também, o fato de os estados com menor IDH-M e maiores taxa de analfabetismo e atraso escolar estarem concentrados na região Nordeste do país. Também em situação inferior encontram-se os estados da região Norte, cujos índices de atraso escolar apresentaram-se bastante elevados. Esses indicadores evidenciam, mais uma vez, as grandes disparidades regionais existentes no Brasil, assim como a necessidade de concentrar esforços em programas que contribuam para a redução da pobreza nas regiões Norte e Nordeste.

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, taxa de analfabetismo e taxa de atraso escolar dos estados brasileiros - 2000

Estados	IDH-M	Taxa Analfabetismo 1	Atraso escolar 2
Norte			
Rondônia	0,735	12,44	25,71
Acre	0,697	23,72	37,09
Amazonas	0,713	15,11	40,97
Roraima	0,746	12,68	22,15
Pará	0,723	16,07	44,47
Amapá	0,753	11,71	28,71
Tocantins	0,710	17,86	34,68
Nordeste			
Maranhão	0,636	27,14	44,46
Piauí	0,656	29,17	47,64
Ceará	0,700	24,97	32,81
Rio Grande do Norte	0,705	23,91	32,82
Paraíba	0,661	28,25	42,54
Pernambuco	0,705	23,06	36,81
Alagoas	0,649	31,91	46,96
Sergipe	0,682	23,85	42,17
Bahia	0,688	22,09	41,75
Sudeste			
Minas Gerais	0,773	11,47	17,88
Espírito Santo	0,765	10,90	16,99
Rio de Janeiro	0,807	6,22	22,38
São Paulo	0,820	6,24	9,88
Sul			
Paraná	0,787	9,03	13,74
Santa Catarina	0,822	5,88	13,13
Rio Grande do Sul	0,814	6,28	13,63
Centro-oeste			
Mato Grosso do Sul	0,778	10,79	20,62
Mato Grosso	0,773	11,65	22,11
Goiás	0,776	11,37	23,26
Distrito Federal	0,844	5,39	13,57

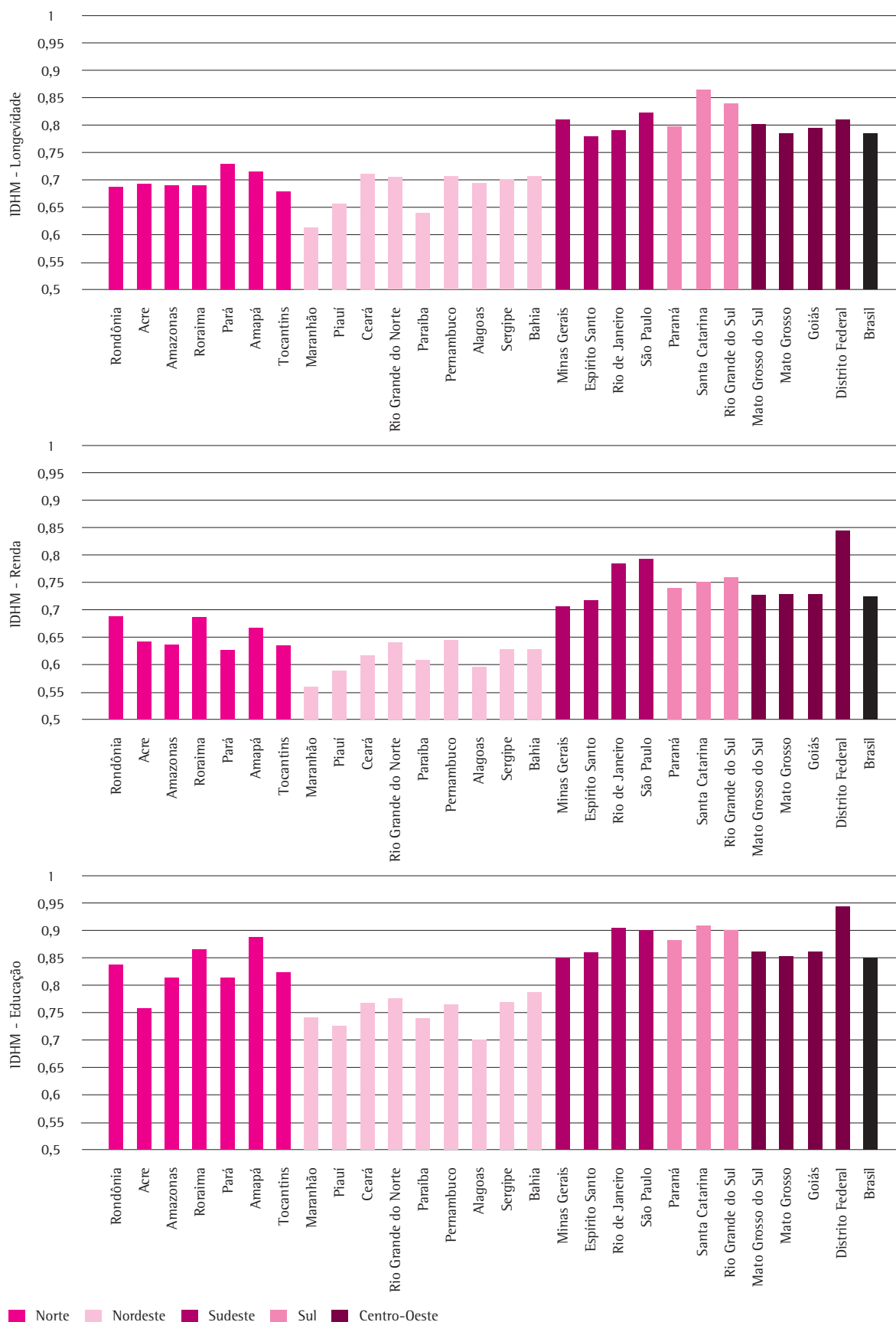
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

(1): Percentual da população de 15 anos ou mais;

(2): Percentual da população com idade entre 7 a 14 anos, com mais de um ano de atraso escolar.

O Gráfico 1, por sua vez, apresenta os resultados obtidos em 2000, para cada uma das dimensões que compõem o IDH-M, que são: a longevidade, a renda e a educação, para cada um dos estados brasileiros. Os estados foram ordenados de acordo com a região a que pertencem, como forma de visualizar as diferenças regionais. É possível observar que, em todas as dimensões, os menores indicadores estão entre os estados do Nordeste.

Gráfico 1 - IDH-M Longevidade, renda e educação, por unidade da federação - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Ainda com base no Gráfico 1, observa-se que o melhor indicador de longevidade é o de Santa Catarina (0,811) e o pior é o do Maranhão (0,612). Quanto à renda, o melhor indicador está no Distrito Federal (0,842) e o pior é encontrado, novamente, no Maranhão (0,558). Finalmente, no que diz respeito à educação, o melhor índice é, mais uma vez, do Distrito Federal (0,935), enquanto o pior é o do estado de Alagoas (0,703). Nota-se que o pior índice de educação é superior aos indicadores da dimensão renda em mais da metade dos estados brasileiros.

Com efeito, a Tabela 5 mostra que a região Nordeste tinha a menor taxa salarial média do Brasil, pouco mais de R\$ 7 por hora, que é a metade do observado no Centro-oeste, cerca de R\$ 14/hora trabalhada. Mesmo na região Norte, que tem os salários mais baixos se excluído o Nordeste, a média da taxa salarial é de cerca de R\$ 12/hora trabalhada. A região Sudeste é a que tem a mais alta taxa salarial do país, quase R\$ 17/hora trabalhada.

A região Sudeste também conta com o mais elevado percentual de ocupados com carteira assinada (66%) e o maior número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais (6,7), superiores à média nacional, que é de 57% e 6, respectivamente. Os piores números nesse caso estão na região Nordeste: 43% de empregados formais e 4,5 anos de estudo.

Tabela 5 - Média do salário hora, percentual de ocupados com carteira assinada e número médio de anos de estudo para população com 25 anos e mais, segundo as regiões brasileiras - 2001

Regiões	Média do salário hora* (R\$/hr)	Percentual de ocupados com carteira assinada **	Nº médio de anos de estudo para população com 25 anos ou mais ***
Centro-oeste	14,96	61%	6,1
Norte	12,32	60%	6
Nordeste	7,32	43%	4,5
Sul	13	56%	6,2
Sudeste	16,76	66%	6,7
Brasil	13,15	57%	6

* Média do salário hora das pessoas que declararam estar ocupadas na semana de referência.

** Percentual de ocupados com carteira assinada ou militares ou funcionários públicos.

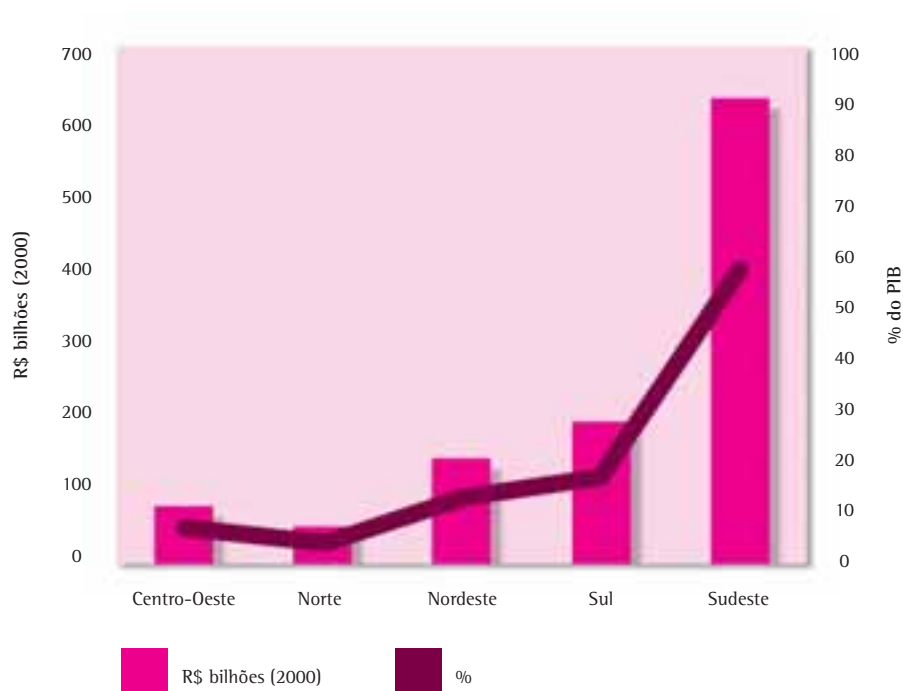
*** Razão entre a soma do número de anos de estudo para a população de 25 anos ou mais de idade e o total de pessoas neste segmento etário.

Fonte: Ipeadata.

1.2. Estrutura Econômica

O PIB brasileiro, em 2000, foi de R\$ 1.101,25 bilhões de reais, sendo que R\$ 636 bilhões foram gerados na região Sudeste, ou seja, essa região responde por cerca de 58% do que se produz no país, enquanto as demais regiões, somadas, correspondem a cerca de 42% do PIB, como pode ser visto no Gráfico 2. A região Norte é a que tem a menor participação no PIB (5%); em seguida, vêm as regiões Centro-Oeste (7%), Nordeste (13%) e Sul (18%).

Gráfico 2 - PIB e % do PIB total das regiões brasileiras - 2000

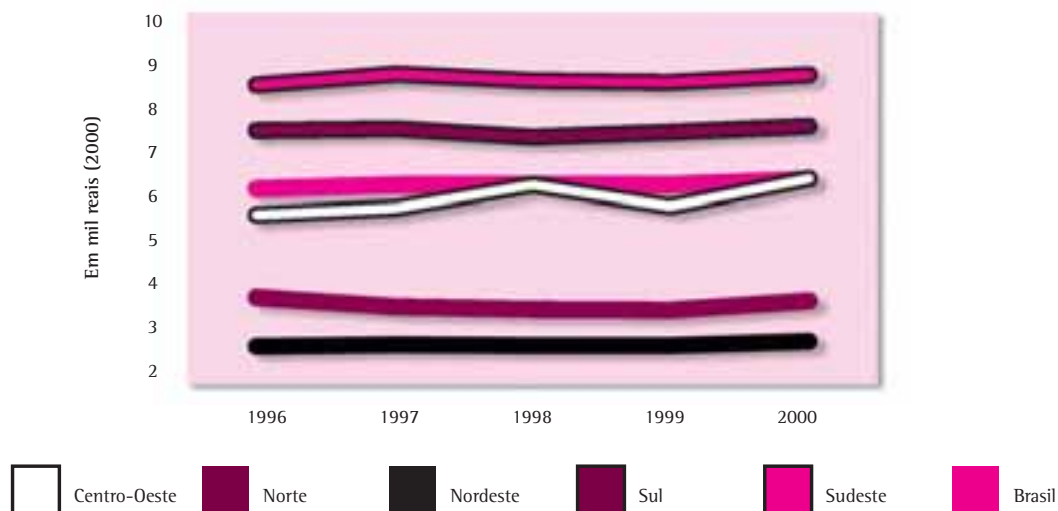


Fonte: Ipeadata.

O Gráfico 3 mostra a evolução do PIB per capita no Brasil e nas regiões brasileiras, entre 1996 e 2000. Observa-se que não houve, no geral, grandes variações no valor, nem alterações na posição das regiões durante o período. Assim, no ano 2000, o Sudeste apresentou o maior PIB per capita brasileiro, R\$ 8,77 mil. Em seguida, vêm as regiões Sul (R\$ 7,69 mil) e Centro-Oeste (R\$ 6,56 mil). Por último, o PIB per capita nos estados do Norte (R\$ 3,91 mil) e do Nordeste (R\$ 3,01 mil) fica abaixo da média nacional, que é de R\$ 6,47 mil.



Gráfico 3 - PIB per capita, Brasil e regiões, em reais - 1996 a 2000



Nota: Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional
 Fonte: Ipeadata.

Por meio da Tabela 6, observa-se a composição do PIB de acordo com o setor da economia, em cada uma das regiões brasileiras. O setor industrial, por exemplo, gera no Brasil R\$ 411 bilhões, o que representa 37% do total do PIB, enquanto o setor agropecuário é responsável por 7% do PIB e os serviços respondem por 48% da produção brasileira. No Sudeste, a participação da indústria é de 40%, enquanto a da agropecuária é de apenas 4%, embora em números absolutos o PIB agropecuário da região Sudeste seja o maior do Brasil (R\$ 24,84 bilhões). A participação do setor serviços na composição do PIB é maior na região Centro-Oeste (65%) e as maiores participações da agropecuária no total produzido estão nas regiões Centro-Oeste (13%) e Sul (12%).

Tabela 6 - PIB e percentual do PIB total, por setor e por regiões do Brasil, em R\$ bilhões - 2000

Região	Setor Industrial	% do PIB na região	Setor Serviços	% do PIB na região	Setor Agropecuário	% do PIB na região	Total
Centro-oeste	13,75	17,96	49,63	64,84	9,94	12,99	76,54
Norte	18,46	36,45	22,75	44,92	5,90	11,66	50,65
Nordeste	47,37	32,86	73,29	50,85	12,57	8,72	144,13
Sul	77,00	39,78	79,86	41,26	23,29	12,03	193,53
Sudeste	254,63	40,01	308,21	48,43	24,84	3,90	636,39
Brasil	411,20	37,34	533,74	48,47	76,55	6,95	1.101,25

Fonte: Ipeadata.

Apesar de a participação dos setores industrial e de serviços na composição do PIB ser bem maior do que a do setor agropecuário, isto se deve, em parte, ao fato de que esses são setores que agregam relativamente mais valor durante o processo produtivo. Além disso, no cálculo do PIB Agropecuário apresentado na Tabela 6 estão incluídos apenas os dados primários, ou seja, não entram no cômputo geral os dados da agroindústria, por exemplo, que é muito importante para a economia do país. Na Tabela 6, a agroindústria está contabilizada no setor industrial. No mercado externo, no entanto, a agropecuária exerce papel relevante na pauta de exportações brasileira, sendo que os principais produtos exportados são o café e a soja, como mostra a Tabela 7. No que diz respeito às importações, os bens de capital, os combustíveis e os alimentos são os principais itens da pauta. No total, em 2002, foram exportados US\$ 69,9 bilhões e importados

Tabela 7 - Exportações e importações brasileiras, em US\$ milhões - 1992, 2001 e 2002

	1992	2001	2002
Comércio Exterior (US\$ milhões)			
Total das exportações (fob)	35.793	58.223	60.362
Café	2.534	2.932	3.049
Soja	2.696	2.726	2.199
Manufaturados	23.787	32.901	33.001
Total das importações (cif)	20.554	55.572	47.219
Alimentos	850	1.169	1.085
Combustíveis e energia	3.069	6.276	6.281
Bens de capital	6.335	14.808	11.593
Balanco de pagamentos (US\$ milhões)			
Exportações de bens e serviços	38.999	67.545	69.968
Importações de bens e serviços	25.717	72.653	61.863
Balanco de transações correntes	6.143	-23.213	-7.696
Reservas incluindo ouro (US\$ millions)	23.754	35.866	37.823
Taxa de câmbio (DEC, local/US\$)	0,00164	2,4	2,9

Fonte: Banco Mundial.

2. Justificativa para a pesquisa

2.1. Situação global do trabalho infantil

O Departamento de Estatística da Organização Internacional do Trabalho estima em 120 milhões o número de crianças entre cinco e catorze anos trabalhando em tempo integral, apenas nos países menos desenvolvidos. Se forem considerados os que trabalham em tempo parcial, esse número chega a 250 milhões (61% na Ásia, 32% na África e o restante na América Latina). Em 1995, a estimativa

era de 73 milhões de crianças trabalhando nos três continentes. A Tabela 8 mostra as estimativas da OIT para 2000, considerando as crianças de cinco a catorze anos, segundo as regiões do mundo em que vivem (ILO, 1998; ILO, 2002).

Tabela 8 - Estimativa do percentual de crianças de 5-14 anos economicamente ativas no mundo, 2000

Região	Número de crianças economicamente ativas (milhões)	% do total global por grupo	% de crianças economicamente ativas no total a população infantil ¹
Economias desenvolvidas (industrializadas)	2,5	1	2
Economias em transição	2,4	1	4
Ásia e Pacífico	127,3	60	19
América Latina e Caribe	17,4	8	16
África e Sub-Saariana	48	23	29
Oriente Médio e África do Norte	13,4	6	15
Total	211	-	16

Fonte: ILO (2002, p.19).

¹ Erros de arredondamento fazem com que o percentual total não seja igual a 100.

Nota: O número de crianças entre 5-14 anos no mundo em 2000 era aproximadamente 1.200 milhões, das quais 28% estavam na região Ásia - Pacífico e 7,4% na África Sub-Saariana.

Os números apresentados podem estar subestimados, uma vez que nem todos os países têm pesquisas populacionais que envolvam o trabalho infantil e, na maioria das vezes, esse tópico só é pesquisado para crianças acima de 10 anos de idade. Em outros casos, as crianças trabalham no próprio domicílio, sendo responsáveis pelo cuidado de irmãos mais novos ou tarefas domésticas, enquanto os pais saem para trabalhar e a família não declara, por não considerar que a criança esteja trabalhando, o que também contribui para a subestimação dos dados (ILO, 1998; ILO, 2002).

O trabalho infantil não está restrito apenas aos países e às regiões menos desenvolvidos, também é possível observar crianças trabalhando no chamado Primeiro Mundo. Todavia, esse trabalho não é considerado como necessidade de sobrevivência, e sim desejo de consumo pessoal e, às vezes, é interpretado como não prejudicial aos estudos, por ser de tempo parcial. Segundo Kassouf (2002), essa é uma afirmativa polêmica, com a qual muitos autores não concordam. Além de o trabalho infantil ser prejudicial porque limita o tempo disponível para outras atividades, como lazer e estudo, esses indivíduos sofrem com o trabalho perigoso, como o corte de cana e sisal na agricultura, alto-fornos em olarias e cerâmicas, no ramo industrial, por exemplo, e também com o trabalho forçado ou escravo, a exploração e abuso sexual e o tráfico de crianças. A Tabela 9 mostra as estimativas da OIT sobre o trabalho infantil perigoso no mundo, em 2000. São 351 milhões de crianças entre cinco e dezessete anos economicamente ativas, tendo cerca de 60% menos de quinze anos. Dos 245 milhões de trabalhadores dessa idade, 73% estão empregados nas piores formas de trabalho infantil: 170 milhões exercem trabalho perigoso e 8 milhões de crianças

são empregadas nas formas inquestionavelmente perversas, como são conhecidos: o trabalho escravo ou forçado, a utilização de crianças em conflito armado, a prostituição, a pornografia e o tráfico de drogas, além do tráfico de crianças e órgãos.

Tabela 9 - Número e percentual de crianças economicamente ativas, trabalho infantil e piores formas de trabalho infantil - 2000 (por idade)

	5 -14 anos		15 - 17 anos		Total	
	Número (milhões)	% do grupo de idade	Número (milhões)	% do grupo de idade	Número (milhões)	% do grupo de idade
Crianças economicamente ativas	210,8	18	140,9	42	351,7	23
Das quais: trabalhadores infantis	186,3	16	59,2	18	245,5	16
Dos quais: crianças nas piores formas de emprego infantil	–	–	–	–	178,9	11,5
Crianças em trabalho perigoso	111,3	9	59,2	18	170,5	11
Crianças em piores formas incondicionais*	–	–	–	–	8,4	0,5

"_" Dados não disponíveis.

* Trabalho forçado ou escravo (5,7 milhões); conflito armado (0,3 milhão); prostituição e pornografia (1,8 milhão); outras atividades ilícitas (0,6 milhão); tráfico de crianças (1,2 milhão incluídos, em outras piores formas).

Fonte: ILO (2002, p.19).

2.2. Situação nacional do trabalho infantil

No Brasil, os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, que traz encarte especial sobre trabalho infantil, mostram que existem aproximadamente 3 milhões de crianças de cinco a quinze anos de idade que estão trabalhando, o que representa 8,5% dos indivíduos nessa faixa etária². Entre os que têm 16 e 17 anos, são quase 2,4 milhões de trabalhadores ou 35% do total de jovens nessa idade³.

As crianças foram consideradas trabalhadoras se tinham trabalhado na semana anterior à entrevista, ou se produziam alimento para consumo próprio, ou trabalhavam na construção para próprio uso, ou se trabalhavam mas não estavam trabalhando naquela semana, por estarem de férias ou por terem problemas de saúde. O trabalho doméstico no próprio domicílio não está incluído nas ocupações das crianças, o que pode subestimar os resultados encontrados, principalmente, no caso das meninas. Dessa forma, ao longo deste trabalho, o termo crianças (ou adolescentes e jovens) trabalhadoras refere-se aos indivíduos ocupados na semana de referência da PNAD 2001.

² Se do total dos ocupados forem adicionados os que estão procurando emprego, ou seja, se for considerada a população economicamente ativa nessa faixa etária, esse número sobe para 3,5 milhões de trabalhadores ou 10% das crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade.

³ A partir dos dezesseis anos, é permitido o trabalho, exceto o perigoso.

Apesar de o percentual de crianças trabalhadoras no Brasil ser elevado, observa-se uma tendência de queda ao longo dos anos, tanto no meio urbano, quanto no meio rural e em todas as faixas etárias. Do Gráfico 4 ao Gráfico 8, mostra-se a evolução do percentual de crianças ocupadas no Brasil, entre 1992 e 2001, de acordo com sexo, grupos de idade e situação de domicílio.

Por meio do Gráfico 4, nota-se que o trabalho infantil vem caindo ao longo dos anos, e se, em 1992, cerca de 25% dos meninos e 14% das meninas trabalhavam, em 2001, esses número passam para aproximadamente 16% e 9%, respectivamente.

Em números absolutos, o trabalho de crianças e jovens não está igualmente distribuído entre as áreas urbanas e rurais, sendo que há pouco mais de 3,2 e 2,2 milhões de crianças e jovens trabalhando em cada uma, respectivamente, ou seja, cerca de 59% dos indivíduos, entre cinco e 17 anos que trabalham, estão na área urbana e 41%, na área rural. A incidência de trabalho infantil é bem maior na área rural, onde atinge 28% da população nessa faixa etária (contra 9%, nas áreas urbanas). Apesar da sua menor incidência, o trabalho infantil nas áreas urbanas não é menos preocupante. Relatório do Banco Mundial (2001) comenta, por exemplo, que crianças de rua nas áreas urbanas estão muito mais vulneráveis a riscos, como drogas e violência. Além disso, a ligação dessas crianças com as suas famílias é, em geral, mais fraca.

Gráfico 4 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo (5 a 17 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001



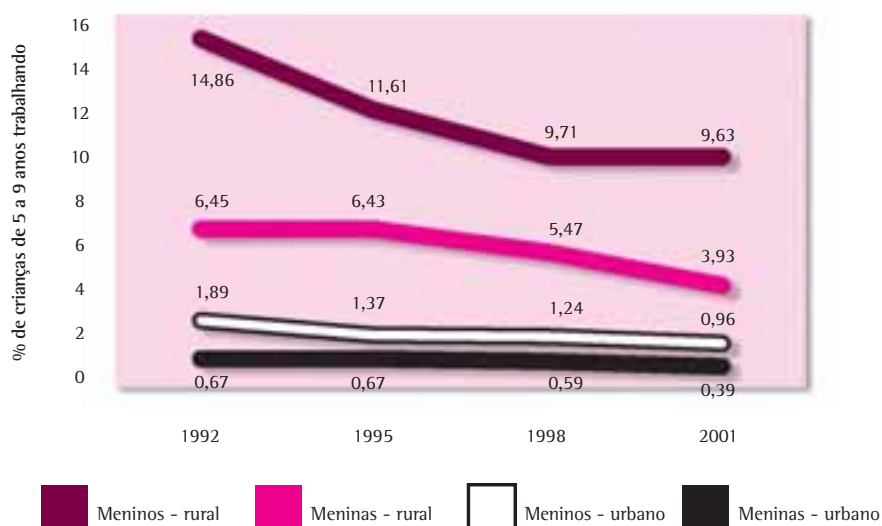
Fonte: PNADs.

Quando a amostra é dividida entre meninos e meninas das áreas urbana e rural do país, de acordo com diversas faixas de idade, também é possível notar a redução sistemática da participação desses indivíduos na força de trabalho.

No grupo que tem entre 5 e 9 anos de idade, as maiores reduções ocorreram na área rural, em que o percentual de meninos trabalhando passou de 15%, em 1992, para 10%, em 2001, e o das meninas de 6% para 4%, no mesmo período, como pode ser visto no Gráfico 5. Nas áreas rurais, menos de 1%, tanto das meninas, quanto dos meninos, trabalhava em 2001. A grande diferença entre as taxas de

participação das áreas urbana e rural se deve principalmente ao fato de que nessa faixa etária o trabalho mais comum é a atividade agrícola, notadamente para o próprio consumo (agricultura familiar).

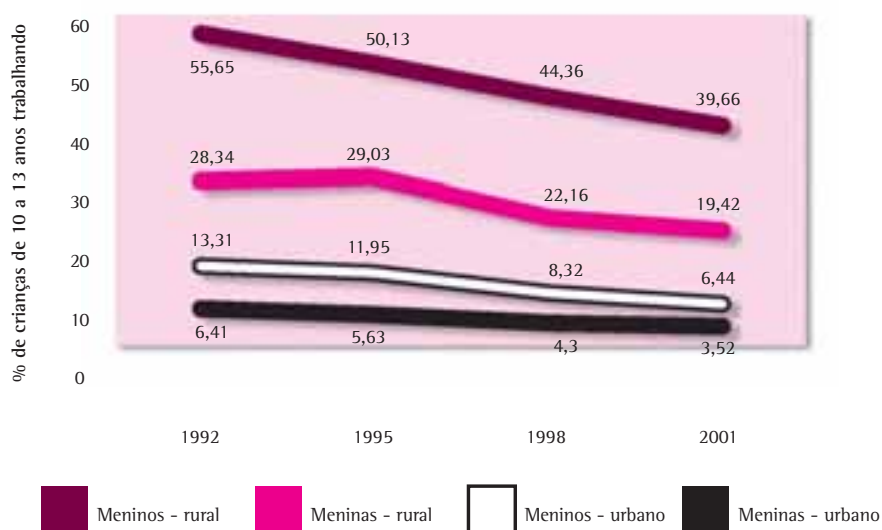
Gráfico 5 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (5 a 9 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001



Fonte: PNADs.

A partir do último ano do Ensino Fundamental até a idade em que, mesmo na condição de aprendiz, o trabalho não é permitido, ou seja, no grupo que tem de 10 a 13 anos de idade, nota-se, por meio do Gráfico 6, que as taxas de participação na força de trabalho elevam-se substancialmente, se comparadas ao grupo anterior. Destaca-se que, apesar da forte redução observada entre 1992 e 2001, a proporção de meninos da área rural que trabalha é bastante elevada: passa de 56%, no início da década passada, para 40%, em 2001. A proporção de meninas engajadas no mercado de trabalho no meio rural também foi reduzida nesse período, embora continue alta: foi de 28% para 19%, ocorrendo um leve aumento na taxa, em 1995. Novamente, na área urbana, as proporções de meninos e meninas trabalhando são bem menores que nas áreas rurais. Discute-se que o trabalho agrícola, ainda nesse grupo de idade, é preponderante e, além disso, as crianças começam a ter mais atividades sob sua responsabilidade, conforme vão ficando mais velhas, e suas posições na família vão sendo definidas. Começam também a surgir oportunidades nas cidades, principalmente entre os mais velhos, o que eleva a proporção de crianças trabalhadoras nas áreas urbanas, colaborando para o aumento da sua participação na força de trabalho, que, para os meninos nessa faixa etária era de cerca de 6% e, para as meninas, 4%, em 2001, contra menos de 1%, em ambos os casos, quando analisado o grupo com nove anos ou menos de idade.

Gráfico 6 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (10 a 13 anos)
- 1992, 1995, 1998, 2001

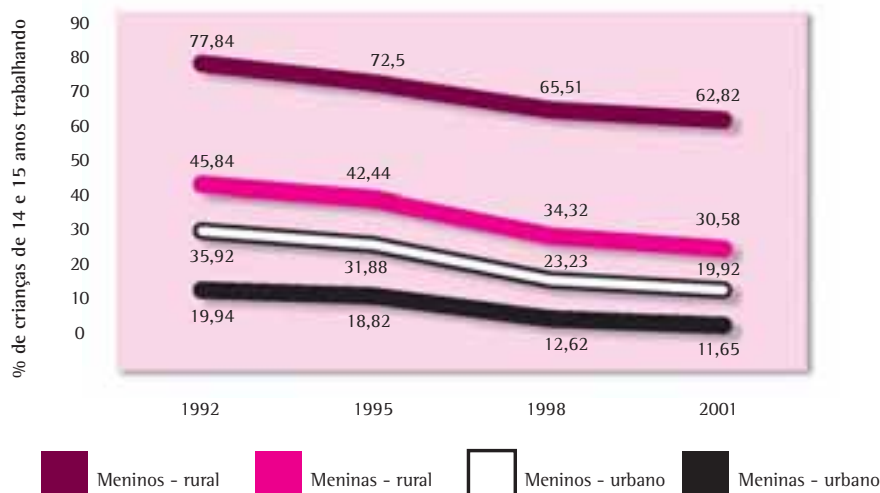


Fonte: PNADs.

De acordo com o Gráfico 7, as proporções de adolescentes de 14 e 15 anos trabalhando nesse grupo de idade são bem mais elevadas que nos grupos anteriores, embora com tendência de queda em todos os casos, confirmando que, quanto mais velhos, maior a inserção no mundo do trabalho. Assim, entre 1992 e 2001, na área rural, a taxa de participação no mercado de trabalho dos meninos passou de 78% para 63% e a das meninas, de 46% para 31%; na área urbana, também houve queda na proporção de adolescentes trabalhando: foi de 36% para 20%, entre os meninos, e de 20% para 12%, entre as meninas. Nota-se que esses números são muito mais elevados que os observados para os indivíduos com menos de 14 anos.

Aos 14 anos de idade, o adolescente deve terminar o Ensino Fundamental e, aos 15, ingressar no Ensino Médio, se entrar na escola na idade correta (sete anos) e não tiver reprovações ou histórico de evasão escolar. Segundo Silva (2003), há uma tendência, em comunidades populares, de o valor da educação ser medido pela obtenção de ao menos um diploma, o que ocorre ao final do Ensino Fundamental. Depois disso, valoriza-se o “aprendizado profissional”, que geralmente é obtido no mercado de trabalho. Geralmente, é nesse momento que a imensa maioria dos indivíduos começa a conciliar os estudos com o trabalho, quando não deixa de estudar. Silva (2003) destaca ainda que, no caso de meninos, essa opção é mais “natural”, pois, provavelmente, ele será o “chefe da família”, sendo o maior responsável pelo sustento da casa; além disso, as famílias são constituídas mais cedo entre as camadas mais pobres da população, devido à gravidez precoce, que faz com que os meninos deixem de estudar, para conseguir um trabalho em período integral, e as meninas parem de frequentar a escola, para cuidar da casa e dos filhos.

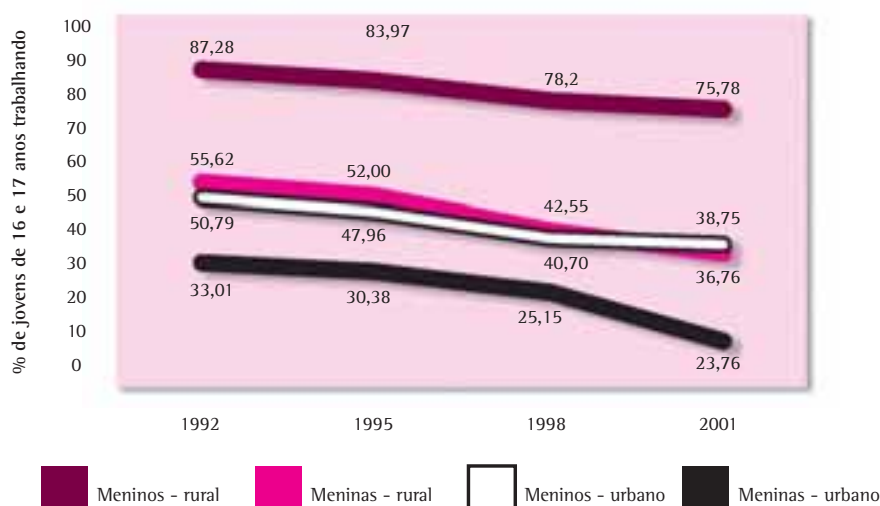
Gráfico 7 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (14 e 15 anos)
- 1992, 1995, 1998, 2001



Fonte: PNADs.

O Gráfico 8 mostra a evolução da incidência de jovens de 16 e 17 anos trabalhando nas áreas urbanas e rurais do Brasil. A tendência de queda está presente em todos os grupos pesquisados, mas é mais acentuada entre as meninas da área urbana, cuja proporção de trabalhadoras passou de 56%, em 1992, para 24% em 2001. Apenas nesse grupo de idade havia, proporcionalmente, mais meninos da área urbana que meninas da área rural trabalhando até 1998, sendo que, em 2001, a situação inverteu-se. Assim, 56% dos meninos que residiam nas cidades e 51% das meninas que moravam no campo trabalhavam, em 1992, e essa proporção passou, em 2001, para 39% e 37%, respectivamente. Ainda nessa faixa de idade, 87% dos meninos da área rural trabalhavam, em 1992, contra 76%, em 2001. Deve-se destacar que a partir dos 16 anos o trabalho é permitido no Brasil, exceto em ocupações perigosas, que só são permitidas a partir dos 18 ou 21 anos, de acordo com legislação específica para esses casos.

Gráfico 8 - Evolução do trabalho infantil no Brasil, segundo sexo e situação de domicílio (16 e 17 anos) - 1992, 1995, 1998, 2001



Fonte: PNADs.

Há, ultimamente, uma preocupação no que diz respeito à acurácia das estimativas de trabalho infantil com base nos microdados do IBGE. Discute-se que, considerando-se que o trabalho das crianças apresenta um alto grau de sazonalidade, haveria diferenças se contabilizarmos o trabalho realizado no ano ou na semana de referência. A Tabela 10 e a Tabela 11, no entanto, mostram que, embora os números sejam um pouco maiores quando se contabilizam os trabalhadores precoces no ano de referência – tanto em termos percentuais quanto absolutos –, a diferença é mais elevada entre os mais velhos e no meio urbano, tanto para meninas, quanto para meninos.

De qualquer maneira, em números absolutos, há mais de um milhão de crianças e adolescentes que não trabalhavam na semana de referência, mas que tinham exercido algum tipo de trabalho durante o ano anterior à pesquisa. Ao longo deste trabalho, no entanto, será utilizado o conceito de trabalho na semana de referência, ou seja, o número de indivíduos que trabalhavam, ou trabalhavam na produção de alimentos para consumo próprio, ou trabalhavam na construção civil para uso próprio, ou trabalhavam mas estavam de férias ou afastados por problemas de saúde, na semana de 23 a 29 de setembro de 2001.

Tabela 10 - Percentual de adolescentes que declararam ter trabalhado no Brasil, na semana de referência, segundo a idade, o sexo e a situação do domicílio - 2001

Trabalha na semana	Meninos				Meninas			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
Idade	Trabalha	%	Trabalha	%	Trabalha	%	Trabalha	%
5 a 9 anos	149.997	9,63	63.285	0,96	58.327	3,93	25.096	0,39
10 a 13 anos	520.534	39,66	344.409	6,44	236.591	19,42	186.759	3,52
14 a 15 anos	429.653	62,82	568.078	19,92	178.744	30,58	332.776	11,65
16 a 17 anos	467.104	75,78	1.027.156	36,76	221.684	38,75	672.322	23,76

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 11 - Percentual de adolescentes que declararam ter trabalhado no Brasil, no período de um ano

Trabalha no ano	Meninos				Meninas			
	Rural		Urbano		Rural		Urbano	
Idade	Trabalha	%	Trabalha	%	Trabalha	%	Trabalha	%
5 a 9 anos	168.081	10,79	72.928	1,10	64.787	4,36	28.727	0,44
10 a 13 anos	565.382	43,08	435.199	8,13	272.369	22,35	228.716	4,32
14 a 15 anos	457.431	66,88	696.240	24,41	213.683	36,55	454.792	15,92
16 a 17 anos	490.194	79,53	1.234.120	44,17	266.773	46,63	895.479	31,65

Fonte: PNAD 2001.

Por meio dos microdados do IBGE, de certa forma, é possível captar o trabalho doméstico, o trabalho informal urbano e a exploração sexual comercial, a partir das questões que abordam o tipo de atividade realizada pelos indivíduos. No entanto, é difícil supor que a criança ou o adolescente envolvido em atividades de exploração sexual comercial declare sua ocupação. Da mesma forma, a atividade doméstica realizada no próprio domicílio, muitas vezes, não é considerada trabalho, por isso, a informação é subestimada. Por último, a atividade agrícola familiar nem sempre é considerada como trabalho pela família, dependendo das tarefas delegadas à criança, ocorrendo subestimação dos dados semelhante à observada para o emprego doméstico⁴.

Por outro lado, não parece razoável supor que atividades ilícitas seriam declaradas pelos indivíduos ou por suas famílias em pesquisas de domicílios. Tais dados só podem ser obtidos por meio de consultas a instâncias julgadoras ou conselhos tutelares, por exemplo; o que está fora do escopo deste trabalho. Silva e Urani (2002) realizaram um diagnóstico sobre o envolvimento de menores com o narcotráfico na região metropolitana do Rio de Janeiro, chegando à conclusão de que os principais motivos que levam crianças e adolescentes a participar de tais esquemas são, resumidamente, a pobreza e o desejo de consumo, em conjunto com a necessidade de auto-afirmação. Em contrapartida, melhorar as condições de vida das famílias e ampliar/melhorar os instrumentos de proteção social em áreas de risco, como a capacitação para o trabalho e a geração de emprego, colaboram para que as atividades ilícitas sejam menos atrativas. Os autores ressaltam também a crescente participação de crianças cada vez mais novas nas atividades de narcotráfico e fora da escola ou sem trabalho, no caso dos mais velhos, sinalizando a necessidade de tornar o sistema educacional e os salários dos jovens mais atrativos. Apesar de o diagnóstico ter sido elaborado apenas para a região metropolitana do Rio de Janeiro, a metodologia utilizada poderia estender-se a outros estados brasileiros, a fim de reconhecer o problema de forma mais adequada, utilizando não somente dados de ocorrências, como entrevistas com os atores envolvidos.

3. Aspectos legais

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece a seguinte Lei de Proteção à Criança e ao Adolescente:

Artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida , à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

⁴ O suplemento especial da PNAD 2001 pesquisou a atividade doméstica realizada no próprio domicílio, que não está incluída nos números sobre o trabalho infantil apresentados ao longo deste trabalho, mas está descrito, na seção que trata das atividades das crianças no Capítulo 5.

exploração, violência, crueldade e opressão.”

Parágrafo 3º I: Observado o disposto no artigo 7 , XXXIII, a idade mínima para admissão no trabalho é de 14 anos.

Artigo 7, XXXIII: “Trabalho noturno e perigoso à saúde é proibido para crianças menores de 18 anos de idade, enquanto qualquer forma de trabalho, com exceção de estágios e treinamentos, está proibida para menores de 14 anos.”

A Lei de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes diz:

Artigo 2: “Para finalidade dessa lei, a criança é definida como uma pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, enquanto que o adolescente tem entre 12 e 18 anos de idade”.

Artigo 60: “Com exceção do aprendiz, o trabalho é proibido para menores de catorze anos de idade” [Ministério do Trabalho (1997)].

Em dezembro de 1998, o Congresso Nacional aprovou uma emenda alterando o Artigo 7, Inciso XXXIII, que passou a ter a seguinte redação:

“Trabalho noturno e perigoso à saúde é proibido para crianças menores de 18 anos de idade, enquanto qualquer forma de trabalho é proibido a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.”

A maioria das regulamentações sobre o trabalho infantil inclui restrições específicas a atividades realizadas em ambientes perigosos. Como indicado na Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, trabalho perigoso é aquele que pode causar danos à saúde, à segurança ou à moral das crianças⁵. Essas restrições a trabalhos perigosos diferem entre países com relação à idade mínima de admissão e à designação do trabalho considerado perigoso. O Brasil estabeleceu, na sua legislação, a idade mínima de 18 anos para aqueles envolvidos em trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, proíbe trabalhos em minas, estívacem, ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos.

4. Ambiente institucional

Além de legislação específica, o Brasil possui vários mecanismos de proteção à criança e ao adolescente, na forma de programas sociais mantidos pelos governos federal/estadual/municipal, bem como

⁵ “Convenção nº 138 é uma consolidação de princípios que têm sido gradualmente estabelecidos em vários instrumentos recentes e se aplica a todos os setores de atividade econômica, estando ou não a criança sendo empregada por salário”[ILO (1996)].

por Organizações Não Governamentais e por parcerias com organismos internacionais.

Destaca-se, nesse sentido, o Sistema de Garantia de Direitos, instituído no Brasil a partir da ratificação da Convenção nº 138 da OIT e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – marco legal institucional da “consolidação da Doutrina da Proteção Integral, fundamentada no princípio da Prioridade Absoluta, consagrado no Artigo 227, da Constituição Federal Brasileira” (Conanda, 2000). A partir do marco conceitual e legal da Constituição Federal de 1988, iniciou-se um processo de reformulação da política pública voltada à criança e ao adolescente, principalmente com a implantação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Setoriais de políticas públicas, que compõem o Sistema de Garantias de Direitos. A idéia de que as políticas sociais básicas são necessárias para a garantir a proteção integral das crianças e adolescentes fizeram com que esses Conselhos, atualmente vinculados à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, assumissem a responsabilidade de “operar uma linha nova de ação no sentido de articular um Sistema de Garantias de Direitos, envolvendo todas as instâncias legais instituídas de exigibilidade de direitos para enfrentar as sistemáticas violações sofridas por crianças e adolescentes, sobretudo aquelas em situações particularmente difíceis e vulneráveis” como forma de “superação do paternalismo, do assistencialismo, do corporativismo e do conservadorismo que, historicamente, marcaram as ações e políticas do Estado brasileiro.”

Cabe, portanto, ao Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) formular a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, controlar e acompanhar as ações públicas, governamentais ou não-governamentais, além de mobilizar a sociedade em favor dos direitos estabelecidos pelo ECA. Os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, assim como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) também têm um papel importante em sua atuação em parceria com o CONANDA e com os Conselhos estaduais e municipais.

Segundo o IBGE, em 2001, existiam Conselhos de Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência, em 72% e Conselhos Tutelares em 55%, dos 5491 municípios brasileiros. Em 25% das localidades (1383 cidades), não havia nenhum dos órgãos instituídos e, em 52%, havia tanto Conselhos Tutelares quanto de Defesa dos Direitos. Em 2004, o CONANDA está coordenando uma campanha justamente para fortalecer esses Conselhos e dar a eles maior visibilidade.

Além do Sistema de Garantia dos Direitos, destacam-se os programas de renda mínima, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola, que transferem renda às famílias pobres que cumprem certos requisitos. A atuação do Unicef e da OIT, cujo foco de trabalho atualmente é o combate ao trabalho perigoso e à exploração sexual comercial, também tem trazido bons resultados na melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes em situação de risco e de suas famílias (Kassouf et.al., 2003).

Há uma grande preocupação com relação ao trabalho realizado por crianças e seus efeitos adversos na escolaridade. Com o objetivo de elevar a frequência escolar, desde o início da década de 1990, têm-se intensificado, no Brasil, as iniciativas voltadas para a universalização do ensino, assim como

para a redução dos índices de evasão e repetência escolar.

O ponto de partida para promover as melhorias nos indicadores educacionais constitui-se em alterações na legislação que rege o setor, destacando-se a aprovação da Lei nº 9.394, em 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que separa a educação oficial recebida pelos estudantes brasileiros em Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica é dividida em três níveis, sendo eles, a Educação Infantil (também conhecida como pré-escola), o Ensino Fundamental (que compreende da 1ª à 8ª série) e o Ensino Médio. Nessa Lei, é dada atenção especial à definição do Ensino Fundamental, ao instituir-se como dever do Estado com a educação escolar pública a garantia desse nível de ensino como obrigatório e gratuito a todas as crianças com idade entre 7 e 14 anos, e, também, para quem não teve acesso à escola na idade própria. Além da Lei acima referida, a prioridade dada ao Ensino Fundamental é evidenciada na instituição do Salário Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O primeiro permite a captação adicional de recursos para programas governamentais. O segundo, por sua vez, obriga as três esferas do governo a aplicarem uma parcela dos recursos disponíveis de alguns impostos nesse nível de ensino.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão governamental articulador da política de assistência ao educando e financiamento do Ensino Básico, sendo que os principais programas sob sua responsabilidade são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Fundescola, Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e Educação de jovens e adultos.

A avaliação das habilidades e competências das crianças que passam pelo ensino público também é tida como uma iniciativa capaz de captar as deficiências do sistema educacional, permitindo as correções necessárias, em busca da universalização da educação. Por essa razão, o Governo Federal realiza o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), o qual coleta dados sobre o processo de ensino aprendizagem para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, bem como para o 3º ano do Ensino Médio. Esse exame constitui-se em uma avaliação na área de Língua Portuguesa e Matemática, a qual é aplicada em amostras selecionadas de alunos para as 26 Unidades da Federação e para o Distrito Federal. Além das provas, são aplicados questionários que identificam aspectos ligados ao contexto familiar do aluno, às condições de infra-estrutura física das escolas, ao estilo pedagógico dos professores, dentre outras questões. Com isso, pode-se avaliar se as condições sociais estão influenciando o desempenho obtido pelo educando, a fim de sugerir políticas capazes de elevar a eficácia e equidade do sistema educacional brasileiro.

Existem, ainda, alguns programas governamentais que estão em fase de implantação e/ou aprovação junto a legisladores e representantes da área educacional. Dentre esses, pode-se citar o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), que objetivará dar assistência à saúde visual e auditiva do educando, tendo sua efetivação se iniciado em 2003. Em fase de elaboração, tem-se o Fundo

Nacional do Ensino Básico (FUNDEB), que pretende substituir o FUNDEF, para garantir que toda a verba de estados e municípios destinada à educação seja aplicada no Ensino Básico, englobando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Se aprovado, o FUNDEB constituir-se-á na efetivação da primeira das 23 metas divulgadas pelo atual Governo Federal, no início de sua gestão.

As atividades já implantadas no setor educacional pelo Governo Federal, em parceria com estados e municípios, bem como as iniciativas que estão em fase de desenvolvimento, são consideradas como importantes estratégias para universalizar o acesso ao ensino público, manter a criança na escola e provocar a gradual redução do trabalho infantil no Brasil.

Para crianças em idade escolar, como citado anteriormente, existe o Programa Bolsa Escola, atualmente incorporado ao Programa Bolsa Família, que garante uma transferência de renda vinculada ao engajamento e à frequência escolar. Para as que estão em situação de risco relativo ao trabalho perigoso, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – atua de forma similar ao Bolsa Escola, porém existem duas contrapartidas adicionais: deixar o mercado de trabalho e participar da Jornada Ampliada (uma jornada complementar ao período de aulas, em que a criança exerce atividades extra-curriculares e educativas).

As crianças que não estão em idade escolar também são atendidas por meio do Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos e pelo Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que atende prioritariamente egressos do PETI, do Bolsa Escola e de outros programas sociais de atenção à criança e ao adolescente. Quando terminam o Ensino Médio, os jovens podem inscrever-se no programa de Financiamento Estudantil – FIES –, que financia cursos universitários para pessoas que não podem arcar integralmente com os custos de sua formação.

O Brasil também luta contra a violência e a exploração sexual infantil, por meio do Programa Sentinela, vinculado ao Ministério da Assistência Social, que faz campanhas de prevenção e dá apoio às vítimas. Há também os programas de alívio ou combate à pobreza, como o Benefício de Prestação Continuada, que é uma transferência sem contrapartida a pessoas idosas ou deficientes. Os idosos em situação de risco contam ainda com o Programa de Atenção à Pessoa Idosa. Uma vez que os gastos de famílias que têm entre seus componentes idosos e portadores de deficiências são mais elevados, principalmente, com medicamentos e cuidados com a saúde, no caso das famílias pobres, isso pode ter o efeito de incentivar o trabalho das crianças. Sendo assim, os programas de Atenção à Pessoa Idosa e o Benefício de Prestação Continuada são importantes instrumentos na melhoria da qualidade de vida da população carente e, conseqüentemente, na redução do trabalho infantil.

O Ministério da Assistência Social ainda viabiliza projetos de empreendimentos que visam a geração de renda e a melhora na qualidade de vida da população carente. Apesar de abrangente, o sistema de proteção social brasileiro incorre em sobreposições de benefícios, e sofre da falta de integração entre programas de vários ministérios que têm objetivos semelhantes, o que pode gerar problemas de focalização dos gastos sociais. Tentando solucionar o problema, foi criado, mais recentemente, o programa Bolsa Família, que agrega os programas Bolsa Escola, Bolsa e Cartão Alimentação e

Auxílio Gás, com o intuito de reduzir os custos de gestão dos programas de transferência de renda e, ao mesmo tempo, aumentar o benefício médio recebido pelas famílias. Além disso, ao unificar tais programas, a atenção da assistência e proteção social passa do indivíduo para a família. Para que não haja suspensão de benefícios para as famílias atendidas pelos programas unificados, o Bolsa Família coexistirá com os outros até que sua implantação seja total. Para a implementação do Bolsa Família, tem sido utilizado o Cadastro Único, que, por sua vez, quando estiver totalmente implantado, permitirá conhecer melhor as pessoas que precisam dos

benefícios do sistema de proteção social e unificar vários programas que têm o mesmo público-alvo. Peres (2003) retrata algumas iniciativas da sociedade civil organizada cujo objetivo central é a erradicação do trabalho infantil. As principais experiências ocorrem no Nordeste brasileiro, onde o problema é mais grave. Observa-se que os melhores resultados são atingidos quando o problema é tratado levando-se em consideração as características intrínsecas a cada comunidade.

Assim, os programas mais bem sucedidos são aqueles que aliam a conscientização das famílias por meio de agentes comunitários, e o envolvimento de crianças e adolescentes nessas ações, além de incentivo ao engajamento escolar, ao ensino/disseminação de práticas agrícolas adequadas às condições locais, ajudando a garantir o sustento da família pela atividade agrícola sustentável. Isto é, a criança e o adolescente passam de vítimas a atores sociais envolvidos no sistema agropecuário que sustenta sua família.

O Programa Bode Escola, que foi desenvolvido e implementado pela organização não governamental Movimento de Organização Comunitária (MOC), em parceria com a OIT e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retiroândia (STRR), é um exemplo desse tipo de atividade. Cada família recebe um “empréstimo temporário” de três bodes e três cabras, além de treinamento adequado para tratar dos animais. Quando o rebanho aumenta e a família é capaz de sustentar-se com a atividade, os animais que pertencem à comunidade são emprestados para outras famílias. Além do treinamento nessa atividade econômica, as famílias também se comprometem a manter seus filhos nas escolas e a seguir o calendário de vacinação e as orientações médicas e nutricionais.

Além da atuação dos governos e de organizações não-governamentais, o Brasil conta também com o apoio financeiro e institucional de organismos internacionais, tais como: BID, Unicef e a própria OIT, em diversos projetos que visam a prevenção e a erradicação do trabalho infantil, bem como a proteção integral e o desenvolvimento da criança e do adolescente⁶.

⁶ No capítulo 8, retoma-se a discussão sobre políticas sociais para prevenção e erradicação do trabalho infantil, bem como sobre a cooperação internacional.

5. Objetivos da pesquisa e organização do relatório

O objetivo deste relatório é analisar os dados coletados pelo IBGE para o suplemento especial sobre trabalho infantil da PNAD 2001, financiado pelo IPEC no âmbito do SIMPOC.

Para tanto, após essa introdução, que dá uma visão geral do país no que se refere à divisão político-administrativa, à distribuição de renda, aos indicadores da economia e à evolução do trabalho infantil no Brasil, serão apresentados mais oito capítulos.

O capítulo 2 trata da metodologia utilizada, enquanto, no capítulo 3, definem-se o trabalho infantil e o trabalho infantil perigoso. A partir do capítulo 4, são, efetivamente analisados os dados da amostra, apresentando as principais características da população pesquisada. No quinto capítulo, discutem-se as atividades das crianças e as relações entre estudo e trabalho, bem como as percepções das crianças a respeito dessas atividades.

Os capítulos 6 e 7 tratam, especificamente, do trabalho perigoso e, na oitava parte, são descritas, sucintamente, algumas ações que visam o combate e a erradicação do trabalho infantil. O capítulo



Metodologia e coleta de dados

9 apresenta algumas recomendações e o capítulo 10, um resumo com as principais conclusões.

Este projeto utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2001, com particular enfoque no suplemento especial sobre saúde e segurança no trabalho de indivíduos entre cinco e 17 anos de idade.

A PNAD 2001 inclui mais de 370 mil indivíduos do Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e área urbana do Norte do Brasil. Essa pesquisa contém um suplemento especial com dados sobre o trabalho infantil, com informações sobre a participação de crianças no mercado de trabalho a partir dos 5 anos de idade, além de dados sobre as características do domicílio, escolaridade dos indivíduos, sexo, idade, salários, número de horas trabalhadas, renda não salarial etc. A Organização Internacional do Trabalho, por meio do SIMPOC (Programa de Informações estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil), financiou parte da pesquisa, para que fosse incluído na PNAD o suplemento especial com informações sobre o trabalho infantil no Brasil.

As pesquisas domiciliares iniciaram-se em 1967 no Brasil. São fontes ricas de dados sobre os padrões social e econômico dos indivíduos e permitem o estudo do desenvolvimento sócio-econômico do país. Investigam regularmente as características da população: educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características sócio-econômicas são investigadas, tais como, a migração, fertilidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc.

A PNAD começou a ser coletada no segundo trimestre de 1967 e, até 1970, os resultados eram apresentados trimestralmente. Em 1971, essa pesquisa começou a ser anual e os dados passaram a ser coletados no último trimestre do ano. Foi interrompida nos anos de censo, 1970, 1980, 1991, 2000, e por outras razões, em 1994. A área geográfica coberta pela PNAD aumentou desde 1967, quando somente o estado do Rio de Janeiro era pesquisado. Atualmente, são coletados dados para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e o Distrito Federal, além da área urbana da região Norte e da área rural do estado de Tocantins. A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios), unidades secundárias (setores censitários) e unidades terciárias (domicílios). A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente em cada unidade da federação, levando-se em consideração o tipo de área, i.e., metropolitana e não-metropolitana. Tais projeções consideram o aumento populacional ocorrido entre o censo demográfico de 1991 e o de 2000, levando-se em consideração a taxa de fertilidade, mortalidade e migração.

O desenho amostral estabelecido na pesquisa permite a expansão dos resultados para todo o país,

⁷ Para maiores detalhes, consultar as Notas Metodológicas da PNAD 2001, disponibilizadas pelo IBGE no site www.ibge.gov.br, bem como no CD-Rom que contém os microdados da amostra.



Definições de trabalho infantil e trabalho infantil perigoso

assim como para suas regiões, estados e áreas metropolitanas⁷.

O conceito de trabalho infantil pode não ser tão simples quanto parece, pois a própria definição de infância difere de um país para outro, assim como a idéia relacionada ao trabalho da criança⁸. É importante fazer a distinção entre trabalho infantil e exploração de mão-de-obra infantil⁹. Segundo Peres et.al. (2003), “as crianças ajudam desde cedo suas famílias nos afazeres do lar, no campo, em lojas etc. Essas atividades, porém, não são as que chamamos de trabalho infantil. O conceito aplica-se melhor àquelas desempenhadas por menores, em condições mais ou menos regulares, para ganhar o sustento para si e suas famílias”. Além disso, o trabalho pode exercer uma função educativa; o fato de alguns pais delegarem aos filhos a tarefa de arrumar a própria cama, lavar um copo, após utilizá-lo, ou até mesmo a responsabilidade por algumas tarefas simples no campo, tais como, recolher ovos ou alimentar galinhas, não poderia ser considerado exploração de mão-de-obra infantil, mas sim um processo de aprendizado.

A questão é então o que separa o trabalho da exploração de mão-de-obra infantil. Além das diferenças entre países e culturas, épocas distintas num mesmo país também são importantes para definir se o trabalho de crianças é ou não socialmente aceito. Durante o feudalismo, por exemplo, era importante começar a trabalhar o quanto antes, para aprender um ofício, pois os artesãos eram pessoas importantes nas comunidades. Por muito tempo, a infância não foi considerada um período especial na vida do indivíduo, mas sim uma preparação para a vida adulta.

Outro ponto interessante no que diz respeito à definição e à distinção entre trabalho e exploração de mão-de-obra infantil é o caso de atores e modelos mirins, em que os próprios pais incentivam e levam seus filhos para longas sessões de fotos e gravações. Existem várias discussões a respeito desse tipo de trabalho e suas conseqüências para o desenvolvimento da criança que estão fora do escopo desta pesquisa, mas que representam o trabalho infantil que contribui para o sustento ou aumento da riqueza da família e que, nos dias atuais, é socialmente aceito, na maior parte dos países. Para os objetivos aqui propostos, o termo “trabalho infantil” refere-se ao conceito de exploração de mão-de-obra que traz conseqüências negativas para as crianças.

A definição de trabalho infantil também pode ser feita em termos de legislações ou normas nacionais e internacionais. A OIT considera criança o indivíduo com 15 anos ou menos. A criança é considerada

⁸ Segundo Kassouf (2002), em algumas regiões, a infância refere-se à idade cronológica, enquanto em outras leva-se em consideração fatores sócio-culturais, e, portanto, a legislação que trata do trabalho infantil também varia de um país para outro.

⁹ Apesar de existir uma distinção entre os conceitos de trabalho e exploração de mão-de-obra, ainda é uma questão polêmica, entre cientistas e sociedade civil organizada, se algum tipo de trabalho durante a infância pode ser considerado educativo.

trabalhadora se faz parte da população economicamente ativa, independentemente de estar ou não trabalhando (Jafarey e Lahiri, 2001). Schwartzman (2004), por outro lado, pondera que não faz sentido falar em desemprego entre crianças de 5 a 9 anos de idade, por exemplo. Neste trabalho, serão incluídos nas estatísticas os indivíduos de 5 a 17 anos de idade ocupados na semana em que a pesquisa foi realizada (23 a 29 de setembro de 2001).

A legislação brasileira sobre os direitos das crianças, cujo marco regulatório é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma das mais rígidas em relação à idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, equiparando-se aos Estados Unidos e à França. Na Inglaterra, por exemplo, a idade mínima é de 13 anos; na Bélgica e na maioria dos países da América Latina, é de 14; e em países como Suíça, Alemanha, Itália e Chile, a idade mínima é 15 anos (International Labour Organization – ILO, 1998). Para trabalhos que possam causar danos à saúde, a idade mínima é de 18 anos e, especificamente, é proibida qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, trabalhos em minas,



Características da população pesquisada

estivagem ou qualquer trabalho subterrâneo não são permitidos para aqueles abaixo de 21 anos. Inúmeros trabalhos já foram feitos para descrever e entender o que leva as famílias a inserirem suas crianças no mercado de trabalho quando estas têm a opção do estudo, bem como para discutir os principais efeitos do trabalho precoce a curto e a longo prazo, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (Basu e Van, 1988; Rosenzweig, 1981; Basu, 1999; Kassouf, 2000; Barros et.al., 1994; Bhalotra, 2001; Nielsen e Dubey, 2001; Ravallion e Wodon, 2000)¹⁰. Geralmente, considera-se que os pais são altruístas em relação aos filhos. Portanto, a decisão de inseri-los no mercado de trabalho apenas se daria em um contexto em que a sobrevivência da família estivesse ameaçada. Assim, principalmente a pobreza, seguida da educação dos pais, da baixa atratividade da escola, de componentes culturais e de outros aspectos de background familiar aparecem na literatura como os principais determinantes do trabalho infantil, pelo lado da oferta.

Vilela (1998) destaca que o trabalho infantil ocorre entre famílias vulneráveis, mais sujeitas a choques conjunturais e idiossincráticos, pois os gastos com necessidades mínimas de sobrevivência ocupam toda sua renda, e algumas dessas famílias se vêem obrigadas a inserir suas crianças no mercado de trabalho e “até mesmo a ‘venda’ de crianças, jogando-as no regime de escravidão”. A autora ressalta ainda que cada país tem uma realidade diferente e, conseqüentemente, suas políticas para solucionar o problema devem ser adequadas e não apenas copiadas.

Os dados da Tabela 12, no entanto, mostram que a diferença na proporção de crianças e jovens que trabalham e que não trabalham em famílias com renda mensal per capita mais baixas não é tão elevada, principalmente entre o grupo de 16 e 17 anos. Para os que têm entre 5 e 15 anos de idade e não trabalham, 50% estão em famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 100,00 e, para 24%, a renda familiar per capita fica entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 por mês. Entre os que trabalham, a proporção é de 64% e 21%, respectivamente. Considerando-se os indivíduos com 16 e 17 anos de idade, 40% dos que não trabalham e 41% dos que trabalham têm rendimento mensal familiar de até R\$ 100,00 por pessoa. Embora a diferença na proporção de indivíduos trabalhadores e não trabalhadores, cujos rendimentos per capita são baixos, seja de 14 pontos percentuais entre os que têm 5 a 15 anos e de apenas um ponto percentual entre os que têm 16 e 17 anos de idade, em números absolutos, são mais de 1,9 milhão de crianças e adolescentes e mais de 935 mil jovens trabalhadores membros de famílias

¹⁰ Basu (1999) descreve as primeiras contribuições dadas por Karl Marx, Alfred Marshall e Arthur Pigou.

nessas condições, contra 18 milhões de não trabalhadores na mesma condição.

A valorização do trabalho como alternativa ao “mundo da rua” e outros fatores culturais, como incentivo à educação formal, por parte dos pais, podem explicar, em parte, porque pessoas que vivem em famílias cujas condições econômicas são parecidas têm estratégias de ocupação distintas (Silva,

Tabela 12 - Porcentagem de crianças que trabalham e que não trabalham, por faixa de rendimento familiar per capita e grupos de idade - 2001

Faixa de renda familiar per capita	5 a 15		16 e 17	
	Não trabalha	Trabalha	Não trabalha	Trabalha
(0-100]	50,01	64,30	39,89	40,88
(100-200]	24,26	21,27	25,74	29,79
(200-300]	9,73	6,85	12,25	13,67
(300-400]	5,05	3,17	6,09	6,31
(400-500]	2,93	1,54	3,77	3,61
(500-1000]	5,40	2,30	8,07	4,51
(1000-mais]	2,61	0,57	4,20	1,23

Fonte: PNAD 2001.

Outro determinante importante do trabalho infantil discutido na literatura é o número de membros dos domicílios. Analisando domicílios de baixa renda, observa-se que 17% daqueles que contêm crianças que não trabalham têm, em média, sete ou mais membros, enquanto essa porcentagem, em domicílios com crianças trabalhando, chega a 30% (Tabela 13). Portanto, existe uma indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente, como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros.

Tabela 13 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	4,0	4,9
3	9,3	13,9
4	17,1	26,8
5	21,6	23,2
6	17,6	14,5
7 ou mais	30,0	16,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 14 mostra a porcentagem de crianças de acordo com o nível educacional da mãe. A porcentagem de crianças trabalhadoras cujas mães têm baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos) é maior do que a de crianças que não trabalham. No meio rural, há maior porcentagem de crianças cujas mães têm menor escolaridade (zero a quatro anos), em comparação ao urbano. Ademais, quando as mães têm nove ou mais anos de escolaridade, é observado maior número de crianças que não trabalham, em relação às que trabalham.

Tabela 14 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por sexo e situação do domicílio - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	59,0	84,5	39,3	78,4
5 - 8	25,4	12,2	31,2	15,6
9 - mais	15,5	3,2	29,5	6,1

Fonte: PNAD 2001.

É importante lembrar que mães com maior escolaridade, provavelmente, pertencem a famílias com maior nível de renda, em que as crianças não precisam trabalhar para garantir o sustento da família, mas, no máximo, para satisfazer necessidades próprias de consumo.

Apesar de a pobreza e o trabalho infantil estarem intimamente relacionados, existem dados mostrando crianças de níveis mais altos de renda querendo trabalhar para adquirir independência econômica e também porque preferem trabalhar a estudar. Ademais, muitos adolescentes trabalham nos negócios da família como estagiários, não por necessidade econômica, mas para ter um aprendizado que será útil no futuro. Outros dados mostram a importância relativa dos rendimentos das crianças para a renda familiar. Proibir que trabalhem não constitui um passo simples para solucionar o problema. Nesse caso, programas de reposição de renda podem ser importantes para reduzir ou eliminar o trabalho infantil. O já comentado Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado para atender famílias pobres com filhos de 7 a 14 anos trabalhando em condições penosas, insalubres e degradantes. A quantia fixada é de, no máximo, R\$50,00 por mês por criança. Para a concessão e manutenção do benefício mensal, é preciso que a criança, além de abandonar o trabalho, tenha frequência regular no ensino formal e em atividades sócio-educativas oferecidas no período complementar. Em 1996, o programa atingiu 17 municípios, no Mato Grosso do Sul e Pernambuco, onde as 3.710 crianças beneficiadas estavam trabalhando em carvoarias, produção de erva mate e canaviais. Em 2001, foram atendidas 749 mil crianças, ficando o orçamento em R\$ 310 milhões. Outro programa de reposição de renda já citado anteriormente, mas que não tem a exigência formal da saída da criança do mercado de trabalho, é o Programa Bolsa Escola.

Apesar de esses programas serem vistos como efetivos para a diminuição do trabalho infantil, cuidados devem ser tomados com relação à possibilidade de se criar dependência dos programas, de os membros adultos dos domicílios passarem a trabalhar menos e se acomodarem e de haver sustentabilidade para as melhorias após seu término. Algumas críticas já surgiram quanto ao inadequado número de escolas e/ou localização distante destas, o que torna extremamente difícil, senão impossível, o acesso das crianças ao estudo, à educação.

A Tabela 15 mostra que 4,5% das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade que pertencem a famílias cuja renda mensal per capita é inferior a meio salário mínimo trabalham e recebem Bolsa Escola, simultaneamente. Entre os que têm 10 anos ou menos, essa proporção é mais baixa do que quando consideradas todas as crianças da amostra (2,3%) e, entre os que têm de 11 a 15 anos, é mais alta (6,9%). Considerando-se apenas as crianças de seis a quinze anos que trabalham, 37,5% recebem o benefício e, entre as que não trabalham, esse percentual é de 31%. Quando são observadas somente as que recebem o benefício, nota-se que 14% das crianças trabalham, contra 11% que exercem alguma atividade laboral, entre as que não recebem Bolsa Escola.

Ainda com base na Tabela 15, pode ser feita análise similar para cada grupo de idade. Assim, entre as crianças com dez anos ou menos, observa-se que 52% das que trabalham recebem o benefício, contra 32% das que não trabalham. Quando consideradas apenas as que recebem Bolsa Escola, 7% estão trabalhando e, entre as que não recebem o benefício, esse percentual é de 3,2%.

Entre as crianças que têm entre onze e quinze anos e trabalham, 34% participam do programa e, entre as que não trabalham, a proporção dos participantes é de 29,8%. Entre as que recebem Bolsa Escola, 22,6% trabalham, e entre as que não recebem o benefício, 19,3% estão ocupadas.

De forma geral, cerca de 32% da população entre seis e quinze anos com renda per capita inferior a meio salário mínimo está inscrita em programas de renda mínima vinculado à educação; 12% dessas crianças estão ocupadas.

Tabela 15 - Percentual de crianças de 6 a 15 anos de idade que recebem e que não recebem Bolsa Escola, segundo ocupação e grupos de idade, Brasil - 2001

Trabalha		6 a 10 anos			11 a 15anos			6 a 15 anos		
		Recebe bolsa escola		Total	Recebe bolsa escola		Total	Recebe bolsa escola		Total
		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
Sim	% do grupo de idade	2,3	2,1	4,5	6,9	13,4	20,3	4,5	7,6	12,1
	% da linha	52,1	47,9		34	66		37,5	62,5	
	% da coluna	7	3,2		22,6	19,3		14,2	11,1	
Não	% do grupo de idade	30,8	64,7	95,5	23,7	55,9	79,7	27,4	60,5	87,9
	% da linha	32,3	67,7		29,8	70,2		31,2	68,8	
	% da coluna	93	96,8		93	80,7		93	88,9	
Total		33,2	66,8	100	30,6	69,4	100	31,9	68,1	100

Fonte: PNAD 2001.

Finalmente, a Tabela 16 mostra a porcentagem de crianças e jovens trabalhando, de acordo com a cor ou raça declarada na pesquisa. Assim, do total de brancos de 5 a 15 anos de idade, 7% trabalham. A maior proporção dos que trabalham está entre os indígenas (15%), embora, em números absolutos, sejam 6 mil indígenas e 1,2 milhão de brancos. Ainda entre os que têm de 5 a 15 anos, 8% dos que se declaram negros e 10% dos pardos trabalham. Já entre os jovens de 16 e 17 anos, 34% dos brancos trabalham, assim como 31% dos negros e 37% dos pardos.

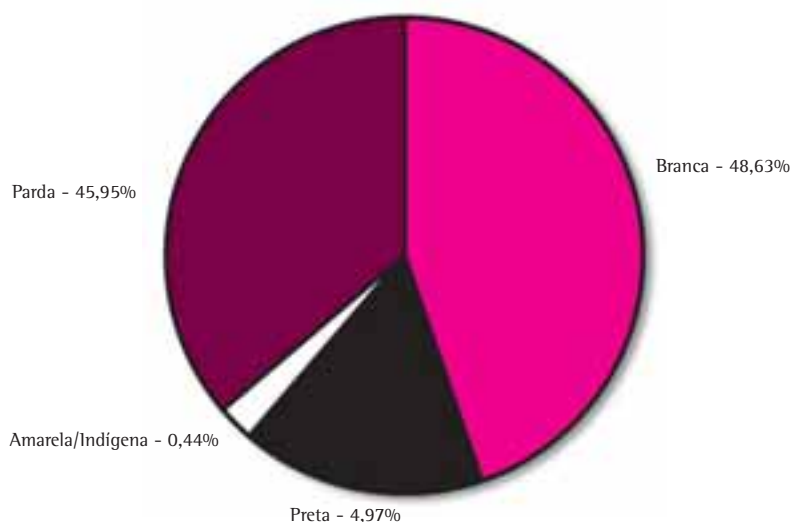
Tabela 16 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos e 16 e 17 anos trabalhando, de acordo com a cor/raça - 2001

Cor ou Raça	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Número	%	Número	%
Branca	1.218.510	6,93	1.145.884	33,91
Preta	139.300	7,79	111.186	31,32
Amarela	8.289	7,47	5.402	20,98
Parda	1.721.255	10,26	1.121.014	36,84
Indígena	6.509	14,81	4.780	50,74

Fonte: PNAD 2001.

Apesar da alta proporção de pessoas que declararam raça indígena e amarela trabalhando, tanto entre os que têm de 5 a 15 anos (15% e 7%, respectivamente) quanto entre os jovens de 16 e 17 anos (51% e 21%, respectivamente), a participação dessas raças no total da população com idade entre 5 e 17 anos é pequena, sendo que a soma das duas raças representa menos de 1% dos brasileiros nessa faixa etária, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 - Porcentagem no Brasil de cor/raça da população com idade entre 5 e 17 anos - 2001



Fonte: PNAD 2001.



Atividades das crianças

Apesar de uma das críticas com relação ao trabalho infantil ser a de que ele impede a criança de estudar, existe uma grande porcentagem de crianças que podem conciliar o trabalho e o estudo (Basu, 1999; Anker, 2000; Galli, 2001).

Se dividida a amostra entre cinco categorias, crianças de sete a 15 anos e adolescentes de 16 e 17 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (86,3%) e não tão baixa das que estudam e trabalham (9,1%). A menor proporção é a da categoria que só trabalha (1,2%), mas existe um número significativo de crianças que não estudam nem trabalham (3,4%), sendo que 1,7% só cuida de afazeres domésticos. A Tabela 17 também estratifica os dados por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que estudam e trabalham é bem elevada e a proporção de meninos que só trabalham (3,8%) é superior a dos que não estudam nem trabalham (2,5% que não cuidam de afazeres domésticos mais 0,8% que não estuda nem trabalha, mas é responsável por atividades no domicílio).

Ainda por meio da Tabela 17, é possível observar que 53% dos adolescentes só estudam, proporção bem inferior à observada entre os menores de 16 anos. Em contrapartida, a proporção dos que trabalham é bem maior nesse grupo, tanto a dos que só trabalham (11%), quanto a dos que trabalham e estudam (25%). Há também um aumento na proporção dos que não fazem nada (3%) e na dos que cuidam da casa (9%). A partir dos 15 anos de idade, se o indivíduo ingressar no sistema de ensino na idade esperada e não tiver descontinuidade ou reprovação nos estudos, tem início o Ensino Médio. Em alguns casos, os pais podem pensar que a obtenção de um diploma encerra seu compromisso com a obrigatoriedade da escolarização dos filhos e, ao mesmo tempo, é hora de os filhos ingressarem no mercado de trabalho, como forma de adquirir experiência ou ajudar nas despesas da casa, contribuindo para que uma maior parte dos jovens entre 16 e 17 anos trabalhem e, inclusive, para que alguns deixem a escola (Silva, 2003). É interessante notar também a alta proporção de meninas nessa faixa etária que se tornam responsáveis pelos cuidados da casa, tanto no meio rural (21%), quanto no meio urbano (13%), o que se deve não somente ao fato de elas ajudarem a cuidar dos irmãos mais novos, como também à alta incidência de gravidez precoce nas camadas mais pobres da população.

Tabela 17 - Porcentagem de crianças de 7 a 17 anos, em diferentes categorias - 2001

	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
7 a 15 anos					
Só estudam	86,3	59,5	89,0	78,0	92,0
Só trabalham	1,2	3,8	1,0	1,9	0,6
Estudam e trabalham	9,1	33,4	7,0	15,4	4,0
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	1,7	2,5	2,3	1,4	1,0
Só cuidam de afazeres domésticos	1,7	0,8	0,8	3,3	2,4
16 e 17 anos					
Só estudam	53,2	19,6	54,8	39,7	61,6
Só trabalham	10,5	27,1	10,4	15,3	6,0
Estudam e trabalham	24,6	48,7	26,3	23,4	17,8
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	3,2	3,0	5,6	0,8	1,4
Só cuidam de afazeres domésticos	8,5	1,7	2,8	20,8	13,2

Fonte: PNAD 2001.

A atividade doméstica realizada no próprio domicílio não está incluída nos números sobre o trabalho infantil apresentados ao longo deste trabalho, uma vez que é difícil separar a atividade que configura o trabalho da ajuda na organização do lar como forma de aprendizado e responsabilidade. Além disso, o fato de ajudar nas tarefas da casa não exclui a possibilidade de a criança estar trabalhando, assim como também não é porque a criança ou o adolescente trabalha fora de casa que não será responsável por certas atividades na família. Esse tipo de atividade realizada pelas crianças e adolescentes será analisada separadamente, utilizando-se os dados da Tabela 18, para verificar a proporção de indivíduos que realizam atividades domésticas de acordo com a idade e da Tabela 19, para obter informações sobre o tempo gasto nessas atividades. Assim, entre os meninos e meninas que realizam atividades domésticas, observados na Tabela 18, estão incluídos os que também estão inseridos no mercado de trabalho.

A Tabela 18 mostra que as meninas estão mais envolvidas em tarefas domésticas que os meninos, já que a proporção das que realizam essas atividades é praticamente o dobro da observada entre os meninos e, conforme a idade aumenta, mais indivíduos ajudam a cuidar da casa. Assim, dos 5 aos 9 anos de idade, 17% dos meninos e 33% das meninas realizam algum tipo de atividade doméstica; aos 10 anos de idade, a proporção dobra nos dois casos e, a partir dos 16 anos, 40% dos meninos e 86% das meninas ajudam a cuidar da casa.

Tabela 18 - Realizam atividades domésticas no domicílio - 2001

Idade	Meninos		Meninas	
	Número	%	Número	%
5 a 9 anos	1.412.400	17,30	2.613.975	32,75
10 a 13 anos	2.398.568	36,00	4.823.405	74,02
14 a 15 anos	1.513.280	42,81	2.935.025	85,29
16 a 17 anos	1.369.537	40,16	2.911.326	85,58

Fonte: PNAD 2001.

A grande maioria dos meninos (74%) gasta menos de 10 horas semanais com os cuidados da casa e cerca de 20% ocupa de 10 a 20 horas com essas atividades (Tabela 19). Já as meninas passam mais tempo nos afazeres domésticos: 47% gasta até 10 horas por semana nos cuidados da casa; 30%, de 10 a 20 horas, e 23% ficam mais de 20 horas semanais envolvidas em atividades domésticas no próprio domicílio (contra pouco mais de 6%, no caso dos meninos). A idéia de que cabe ao homem cuidar dos aspectos financeiros da família e à mulher cuidar da casa e dos filhos é parte das referências culturais das famílias bastante presentes na sociedade brasileira, principalmente nas camadas mais populares; os dados apresentados podem representar esse tipo de pensamento/cultura. Foi recentemente veiculado na mídia, por exemplo, que apenas 7% dos homens brasileiros ajudam no domicílio¹¹.

Tabela 19 - Número de horas em atividades domésticas no domicílio - 2001¹²

Número de horas	Meninos		Meninas	
	Número	%	Número	%
1 a 10 horas	4.960.116	74,11	6.224.570	46,86
10 a 20 horas	1.307.018	19,53	3.957.368	29,79
20 a 40 horas	397.507	5,94	2.645.900	19,92
40 ou mais	28.374	0,43	455.327	3,43

Fonte: PNAD 2001.

Outro exemplo de como a questão cultural influencia na decisão de inserir crianças e adolescentes no mercado de trabalho é o fato de o trabalho precoce ser muito comum entre as pessoas mais velhas, que o valorizam. Assim, se observarmos a idade média em que os brasileiros começaram a trabalhar segundo o grupo de idade a que pertencem, por meio do Gráfico 10, vemos que os trabalhadores que hoje têm entre 21 e 30 anos começaram a trabalhar, em média, aos 14 anos de idade (que na época era a idade mínima), enquanto os que têm mais de 70 anos começaram a trabalhar aos 11 anos de idade.

¹¹ Fonte: http://www2.uerj.br/~clipping/abril04/d20/jornalnacional_homens_e_mulheres_casados.htm

¹² O número total de meninos e meninas nas Tabelas 18 e 19 difere ligeiramente em função da existência de valores perdidos na Tabela 19.

Gráfico 10 - Idade média em que começou a trabalhar, segundo a faixa etária atual dos trabalhadores - 2001

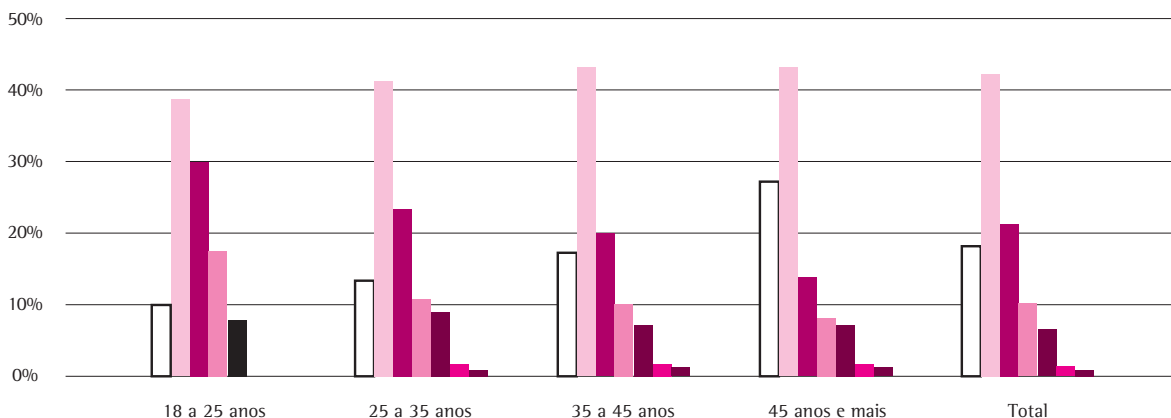


Fonte: PNAD 2001.

Reforçando a idéia anterior, o Gráfico 11 mostra que 43% da população adulta começou a trabalhar quando tinha entre dez e catorze anos e que apenas 18% desse número entrou no mercado de trabalho após os dezoito anos. Ou seja, há cerca de quarenta anos, era muito comum começar a trabalhar cedo e a proporção de pessoas que entraram no mercado de trabalho antes dos nove anos é muito maior entre os que hoje têm mais de 45 anos do que entre os que têm menos de 25.

Da mesma forma, entre os que têm entre dezoito e 25 anos, a proporção dos que entraram no mercado quando tinham entre quinze e dezessete anos é bem maior do que entre os que têm mais de 45 anos.

Gráfico 11 - Participação dos grupos de idade em que começou a trabalhar, segundo grupos de idade da população adulta, Brasil - 2001



- Até 9 anos
- 10 a 14 anos
- 15 a 17 anos
- 18 a 19 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 anos ou mais

Fonte: PNAD 2001.

1. Trabalho

A Tabela 20 mostra que há mais de três milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em um total de 36 milhões no Brasil, o que representa 8,5%. Entretanto, somente 35,5% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades. Sabe-se que há quase 300 mil crianças trabalhando entre 5 e 9 anos de idade e nem 8% delas estão recebendo pagamentos. A partir da idade em que o trabalho é permitido (16 e 17 anos), 35% trabalham e a maioria (70%) tem alguma remuneração por isso. É interessante notar que 75% dos meninos da área rural trabalham e somente 35% recebem pagamento, o que indica a alta incidência das atividades da agricultura familiar ainda nesse grupo. Ainda na área rural, a proporção de meninas trabalhadoras é bem menor que a dos meninos (35%), mas a de quem recebe pagamento pelo trabalho é de 37%. A menor proporção de jovens trabalhadores está entre as meninas da área urbana (23%), embora 88% delas sejam remuneradas.

Tabela 20 - Total de crianças de 5 a 15 anos e 16 a 17 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento na população, por situação do domicílio e sexo - 2001

Número de crianças	Total	5 a 15 anos			
		Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	36.313.345	14.815.245	3.554.160	14.655.740	3.288.200
Trabalhando	3.094.249	975.772	1.100.184	544.631	473.662
	8,5%	6,60%	31%	3,70%	14,40%
Recebendo pagamento	1.097.776	548.474	139.454	339.945	69.903
	35,5%	56,2%	12,7%	62,4%	14,8%
		16 e 17 anos			
Total	6.812.408	2.794.215	616.401	2.829.641	572.151
Trabalhando	2.388.266	1.027.156	467.104	672.322	221.684
	35,1%	36,8%	75,8%	23,8%	38,8%
Recebendo pagamento	1.675.253	834.533	167.300	590.551	82.869
	70,2%	81,3%	35,8%	87,8%	37,4%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 21 mostra o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham, de acordo com a idade. Há um aumento de crianças empregadas, conforme a idade avança. Enquanto menos de 9% dos meninos de 10 anos trabalham, mais de 30% dos de 15 anos estão empregados. Aos 16 anos de idade, quando é permitido entrar no mercado de trabalho, mais de 23% das meninas e 41% dos meninos trabalham.

Tabela 21 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
5	9.106	3.011
	0,6%	0,2%
6	15.974	6.399
	0,9%	0,40%
7	38.429	14.315
	2,3%	0,9%
8	63.318	20.413
	3,9%	1,3%
9	86.455	39.285
	5,6%	2,6%
10	141.509	57.712
	8,6%	3,7%
11	160.822	83.623
	10,0%	5,2%
12	255.566	110.923
	15,1%	6,6%
13	307.046	171.092
	17,8%	10,2%
14	427.791	219.185
	24,1%	12,9%
15	569.940	292.335
	32,4%	16,8%
16	720.155	407.198
	41,0%	23,5%
17	774.105	486.808
	46,8%	29,2%

Fonte: PNAD 2001.

A maioria das crianças que mora nas áreas rurais do país trabalha. Há 31% de meninos trabalhadores de 5 a 15 anos e mais de 14% de meninas que habitam as áreas rurais. O número de meninos trabalhadores é bem maior que o de meninas: 67% das crianças que trabalham de 5 a 15 anos são meninos.

A Tabela 22 mostra o número e a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, em cada região e estado do Brasil, no meio rural e urbano. A região relativamente pobre do Nordeste tem a maior porcentagem (13%); em seguida, vem a região Sul (10%), onde a agricultura familiar existe com alta frequência. A menor porcentagem (5%) foi observada na região Sudeste, a mais rica do Brasil. Os dados não incluem as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, na região Norte, portanto, a porcentagem de crianças trabalhando está subestimada. A ordem altera-se, ao se analisar a área urbana e rural separadamente, verifica-se, então, que a região Sul tem a maior porcentagem de crianças trabalhando no meio rural. Os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Tocantins têm as maiores porcentagens no Brasil.

Tabela 22 - Número absoluto e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por estado e região - 2001

	Rural		Urbano		% Rural + Urbano
	Número	%	Número	%	
NORTE			138.380	6,1	
Rondônia			9.398	4,1	
Acre			6.219	5,9	
Amazonas			20.306	3,6	
Roraima			2.059	3,4	
Pará			81.194	7,5	
Amapá			1.705	3,0	
Tocantins	18.127	20,6	17.499	8,7	12,4
NORDESTE	969.848	24,7	563.080	7,1	12,9
Maranhão	192.654	32,0	94.420	9,6	18,1
Piauí	67.463	22,7	31.380	7,8	14,1
Ceará	119.781	22,5	121.271	9,1	12,9
Rio Grande do Norte	30.373	15,8	23.512	5,3	8,5
Paraíba	41.035	17,6	41.038	6,8	9,8
Pernambuco	156.419	28,0	74.402	5,7	12,3
Alagoas	59.938	23,7	30.444	6,7	12,7
Sergipe	24.908	25,4	13.128	3,7	8,5
Bahia	277.277	23,9	133.485	6,6	12,9
SUDESTE	232.711	16,1	477.897	3,7	5,0
Minas Gerais	148.381	21,0	167.598	5,5	8,4
Espírito Santo	36.147	26,0	28.471	5,1	9,2
Rio de Janeiro	10.112	9,1	52.471	2,1	2,4
São Paulo	38.071	7,8	229.357	3,4	3,7
SUL	290.839	28,4	216.785	5,3	9,9
Paraná	104.983	25,9	84.594	5,1	9,2
Santa Catarina	67.248	29,0	42.172	4,8	9,9
Rio Grande do Sul	118.608	30,5	90.019	5,6	10,5
CENTRO-OESTE	62.321	17,6	124.261	5,5	7,1
Mato Grosso do Sul	10.217	13,4	23.310	5,8	7,1
Mato Grosso	31.987	25,4	27.859	6,0	10,2
Goiás	19.920	14,9	65.216	6,6	7,6
Distrito Federal	197	1,0	7.876	1,9	1,9

Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.

2. Características do trabalho

A Tabela 23 apresenta as posições geralmente ocupadas pelas crianças. Há grande porcentagem de crianças que não são pagas trabalhando para outros membros da família, produzindo para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, principalmente no meio rural. Dos 5 aos 15 anos de idade, enquanto a maior parte dos meninos é empregada, na área urbana, a maioria das meninas

é trabalhadora doméstica. Com 16 e 17 anos, a maioria dos meninos e das meninas da área urbana é empregada, embora a proporção de trabalhadoras domésticas continue alta (32%).

Tabela 23 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, segundo a posição na ocupação, por grupos de idade, sexo e situação do domicílio - 2001

Posição na Ocupação	5 a 15 anos				16 e 17 anos			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Empregado	44,8	11	23,5	6,7	72,6	30,9	52,2	12,3
Trabalhador doméstico	1,4	0,5	32,1	6,2	1,3	0,7	31,6	18,9
Conta própria	11,3	1,5	9,5	2,7	7,5	4,5	4,9	6,1
Empregador	-	-	-	-	0,2	-	0,2	0,2
Trabalho não remunerado	35,7	73,5	31,4	67,1	16	58,4	10,2	47,3
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	6,9	13,6	3,5	17,3	2,4	5,4	0,2	15,1

Fonte: PNAD 2001.

Considerando-se o ramo de atividade, a maior porcentagem de crianças trabalha no setor agrícola, seguido por serviços, comércio, manufaturados e construção, como pode ser observado na Tabela 24.

Tabela 24 - Número absoluto e porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade e ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	5 a 15 anos	16 e 17 anos
Agricultura	1.665.818	712.008
	54,2	30,2
Serviços	568.916	639.868
	18,5	27,1
Comércio	451.157	401.848
	14,7	17,0
Indústria	222.307	300.309
	7,2	12,7
Construção Civil	64.054	128.155
	2,1	5,4
Outros	101.770	178.879
	3,3	7,6

Fonte: PNAD 2001.

Com relação às ocupações, especificamente, grande porcentagem de crianças, tanto com residência urbana, quanto rural é trabalhadora rural. Também existe um número significativo de meninos, na

área urbana, que são vendedores de rua e balconistas. Por outro lado, as meninas exercem, principalmente, as profissões de empregada doméstica, babá e balconista.

Algumas crianças brasileiras trabalham muito, apesar de ser proibida por lei uma carga de mais de 48 horas semanais. Os dados mostram que 2,2% das crianças de 5 a 11 anos e 15,3% das de 12 a 15 anos trabalham mais de 40 horas por semana. Semelhantemente, 22% das crianças de 5 a 11 anos e mais de 52% das de 12 a 15 anos trabalham mais de 20 horas por semana. Mais de 70% de meninos e meninas da área urbana com mais de 16 anos trabalham mais de 20 horas semanais, sendo que cerca de 36% trabalha mais de 40 horas. A última linha da Tabela 25 refere-se ao número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Meninos geralmente trabalham maior número de horas do que meninas (exceto na área urbana, onde meninas de 12 a 15 anos trabalham em média um período mais longo) e crianças da área urbana trabalham maior número de horas do que as da área rural. Ademais, os dados mostram que, à medida que a criança cresce, maior é o número de horas trabalhadas. Um menino da área rural, por exemplo, trabalha em média 17 horas até os 11 anos, dos 12 aos 15, passa a trabalhar cerca de 25 horas semanais e, a partir dos 16 anos de idade, dedica 33 horas da semana ao trabalho.

Tabela 25 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001

Horas/semana	5 a 11 anos				12 a 15 anos				16 a 17 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	13	5,2	18,9	10,9	5	2	5,2	4,6	1,7	1,2	1,6	5,1
(5 - 10]	24,2	22,2	22,8	26,3	9,6	8,3	12,3	12,8	4	3,1	4,6	11,2
(10 - 20]	34,7	52,3	31,3	47	27,7	40,4	24	44,2	15,1	25	15,7	29,5
(20 - 40]	22,9	19,3	23,2	15,2	38,6	39,3	35,1	32,1	36,3	43,4	39,5	35,1
(40 - mais]	5,2	1	3,9	0,6	19,1	10	23,4	6,4	43	28,2	38,6	19,2
Média	17,6	17,2	16,7	15,1	27,2	25,1	28,5	22	36,7	33,2	35,9	27,4

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 26 apresenta porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, a grande maioria das crianças recebe metade desse salário ou menos¹³. Os meninos que têm residência na área urbana e os com idades mais avançadas são melhor remunerados, mas mesmo estes têm remunerações muito baixas.

¹³ Considerou-se um salário mínimo de R\$ 200,00.

Tabela 26 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001

Salário mínimo mensal	Crianças 5-11				Crianças 12-15				16 e 17 anos			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 - 0,5]	87,6	94,8	91,3	93,2	56	57,3	63,9	78,9	43,5	80,9	44,6	86,6
(0,5 - 1,0]	9,4	5,2	7,4	6,8	31,6	35,1	26	16,1	35,3	15,1	36,8	11,3
(1,0 - 2,0]	0,8	-	1,3	-	10,8	7,1	9,4	4,4	19,6	3,5	17,3	2,1
(2,0 - 3,0]	2,1	-	-	-	1,5	0,5	0,5	0,6	1,6	0,4	1,2	-

Fonte: PNAD 2001.

3. Freqüência escolar

Certas atividades podem impedir as crianças de estudar ou interferir negativamente na escolaridade, impossibilitando-as de obter um melhor trabalho e, conseqüentemente, um aumento de renda, mesmo na fase adulta, uma vez que elas continuarão analfabetas ou lhes faltarão habilidades e conhecimentos para o melhor posicionamento no mercado de trabalho.

Apesar de os dados da Tabela 27 mostrarem que há, na escola, uma porcentagem maior de crianças que não trabalham em relação às que trabalham, a diferença não é muito elevada, sendo menos de 10%. Surpreendentemente, no meio rural, a porcentagem de crianças de 7, 8 e 10 anos que trabalham e estão freqüentando a escola é maior do que a das que não trabalham, isso pode ser decorrente do tamanho da amostra. A porcentagem de crianças nas escolas é elevada, mesmo quando estas trabalham, com mais de 88% em média. A porcentagem de crianças estudantes é maior nas áreas urbanas do que nas rurais.



Tabela 27 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade, situação do domicílio e se trabalham ou não - 2001

Idade	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
7	97,7	94,3	93,6	96,3
8	96,9	96,9	95,6	97,8
9	94,0	95,4	96,6	98,1
10	98,1	97,1	97,5	98,3
11	97,8	93,1	98,0	98,1
12	94,6	95,1	95,1	97,6
13	91,1	88,8	94,9	96,9
14	85,6	85,1	90,2	94,8
15	77,4	82,6	84,9	90,5
16	69,8	77,7	73,8	85,9
17	56,0	68,8	64,3	80,7

Fonte: PNAD 2001.

Os dados também mostram que o número médio de horas semanais de trabalho desenvolvido por crianças que também estudam (22 h) é bem menor do que o das que não vão à aula (36 h). Enquanto 38% das que não vão à escola exercem a atividade durante 40 ou mais horas por semana, menos de 9% das que vão à escola dedicam essa quantidade de tempo ao trabalho. Portanto, parece que as crianças que podem conciliar trabalho com estudos estão mais engajadas em atividades de tempo parcial.

Para observar se o trabalho infantil reduz o aproveitamento nos estudos, o número de anos de escolaridade, que dá idéia de defasagem escolar entre crianças que trabalham e não trabalham está apresentado na Tabela 28. A tabela indica a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta para sua idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos com 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, os dados mostram que uma criança de 14 anos tem em média 4,6 e 5,5 anos de escolaridade, respectivamente, quando trabalham e não trabalham. Entretanto, as diferenças do número de anos de escolaridade entre crianças que trabalham e não trabalham não podem ser atribuídas somente ao fato de as crianças trabalharem ou não, uma vez que muitos outros fatores estão envolvidos, tais como renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, local de residência etc.

Tabela 28 - Número médio de anos de escolaridade de crianças que trabalham e que não trabalham, segundo grupos de idade

Idade	Anos de Escolaridade	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	0,75	0,83
9	1,24	1,58
10	1,92	2,38
11	2,54	3,16
12	3,09	3,99
13	3,79	4,73
14	4,62	5,48
15	5,32	6,14
16	6,11	6,73
17	6,68	7,38

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 29 mostra que crianças que trabalham permanecem menos tempo na escola do que as que não trabalham. Enquanto 73,3% das crianças trabalhadoras que têm 15 anos ou menos permanecem, no máximo, 4 horas na escola, só 56% das não trabalhadoras ficam até 4 horas na escola. Praticamente todas as crianças que estudam ficam, no máximo, 6 horas na escola, já que o sistema escolar no Brasil é de meio período.

Tabela 29 - Porcentagem de crianças de 7 a 17 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola e faixa etária - 2001

N. de horas/dia na escola	7 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Até 4 horas	73,3	56,0	66,9	48,8
De 4 a 6 horas	26,0	43,0	32,1	48,4
Mais de 6 horas	0,7	1,0	0,8	2,8

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças trabalhadoras ou não que deixaram de comparecer às aulas em um período de dois meses anterior à pesquisa é muito semelhante. Parece que o trabalho não é a grande causa da ausência de crianças na escola. Os dados mostram que 47,6% das crianças que trabalham faltaram pelo menos um dia, enquanto a porcentagem para crianças que não trabalham foi de 42,2% (Tabela 30).

Tabela 30 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	7 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Trabalham	Não trabalham	Trabalham	Não trabalham
Sim	47,6	42,2	49,5	43,8
Não	52,4	57,8	50,5	56,2

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 31 é semelhante à anterior, porém especifica o número de dias em que a criança se ausentou da escola. Pode-se observar que as crianças trabalhadoras ausentam-se por um período mais longo do que as não trabalhadoras, mas a diferença é pequena. A porcentagem de crianças que trabalham e não comparecem às aulas por um período de 1 a 5 dias é de 76,2% e por um período de 6 a 10 dias é de 15,4%. No caso de crianças que não trabalham, as porcentagens são de 79,8% e 11,3%, respectivamente.

Tabela 31 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos e de 16 e 17 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - 2001

Nº de dias que deixaram de comparecer à escola de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	7 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Trabalham	Não trabalham	Trabalham	Não trabalham
1 a 5 dias	76,2	79,8	69,7	74,6
6 a 10 dias	15,4	11,3	16,4	12,7
11 a 20 dias	4,1	4,1	6,6	4,8
Mais de 20 dias	4,4	4,8	7,1	7,7

Fonte: PNAD 2001.

Quando perguntado o motivo pelo qual não frequentou a escola, a maioria respondeu que simplesmente não quis comparecer, conforme a Tabela 32 (33,5% das crianças trabalhadoras e 23,4% das não trabalhadoras)¹⁴. Outro motivo apontado pelas crianças trabalhadoras foi por trabalhar ou procurar trabalho (21,8%), mostrando que o trabalho das crianças impede-as de frequentar a escola. Essa proporção é ainda mais elevada entre os jovens (37%), demonstrando que, conforme a idade aumenta, a importância do trabalho é maior. Uma alta porcentagem de crianças não trabalhadoras respondeu que doenças ou incapacidade impediram-nas de ir à escola, o que parece uma desculpa, uma vez que as proporções são bem diferentes das proporções das crianças que trabalham e, além disso, essa proporção cai

¹⁴ Esta pergunta foi feita às crianças que não frequentam a escola e não para as que frequentam mas faltaram.

bastante entre os mais velhos, embora o motivo “doenças” continue sendo mais freqüente entre os que não trabalham. “Falta de vaga” e “não existência de escola perto da casa” foram também motivos importantes apontados pelas crianças. É interessante observar que crianças que não estudam não responderam que a causa principal é ajudar nos afazeres domésticos, algo sempre apontado na literatura. Ainda com base na Tabela 32, nota-se que, entre os jovens, 2% dos que trabalham e 3% dos que não trabalham alegam ter concluído o curso desejado. Isso está de acordo com o comportamento dos pais de exigirem um diploma dos filhos, acreditando que, a partir do Ensino Médio, não têm mais a obrigação de influenciar na escolaridade dos filhos, como foi discutido por Silva (2003). O autor também nota que nas comunidades populares é comum valorizar-se mais o aprendizado profissional do que a escolaridade. Isso explica porque, durante o Ensino Médio, alguns jovens não freqüentam a escola porque os pais não querem.

Outro dado que chama a atenção é que mais de 80% dos jovens que não trabalham deixam de ir à escola para trabalhar ou procurar trabalho, possivelmente, refletindo a opção de sair da escola, pois, apesar de não valorizar tanto a escolaridade, os pais não desejam que seus filhos fiquem sem nenhuma atividade e, se estes desejam sair do sistema de ensino, devem procurar ingressar no mercado de trabalho, como forma de compensação.

Tabela 32 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 e 16 e 17 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal de não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - 2001

Motivo de não freqüentarem escola.	7 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Trabalham	Não trabalham	Trabalham	Não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	1,3	2,8	1,3	5
Trabalhar ou procurar trabalho	25,1	2,6	37,2	8,4
Falta de transporte escolar	3,2	1,3	1,5	0,5
Falta de dinheiro	2,7	5,1	2,8	3,1
Falta de documentação	1,9	4,1	0,9	0,9
Não existe escola perto de casa	5,7	3,9	3,4	2,5
Falta vaga na escola	3,4	8,8	2,6	3,33
Doença ou incapacidade	3,9	17,8	1,6	7,5
Não quis freqüentar a escola	37,4	28,7	32,9	42,5
Concluiu a série ou curso desejado	0,78	0,5	2,4	2,9
Os pais não querem que freqüentem	1,2	3,6	1	1,1
Os pais preferem que trabalhem	2,5	-	1,5	0,4
Outro motivo	10,6	20,3	9,7	21,1

Fonte: PNAD 2001.

4. Percepções das razões para o trabalho infantil e contribuição da criança para o rendimento familiar

As tabelas a seguir mostram o sentimento das crianças com relação ao trabalho que estavam realizando por ocasião da pesquisa. Esse tipo de pergunta pode ter diferentes respostas, dependendo de quem responde. Por isso, o primeiro pedido feito ao entrevistado foi para que ele relatasse quem estava respondendo o questionário. O resultado está na Tabela 33 e mostra que a maioria dos informantes não é o público-alvo do estudo, isto é, crianças de 5 a 15 anos ou jovens de 16 e 17 anos de idade, mas sim outra pessoa moradora do domicílio. Obviamente as respostas seriam mais precisas, refletindo mais os sentimentos e gostos das crianças e jovens se fossem respondidas por eles, mas, na ausência de melhores informações, essas mesmas serão analisadas, tendo sempre em mente as suas limitações.

Tabela 33 - Informante das questões referentes à percepção sobre o trabalho infantil - 2001

O informante desta parte é	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
A própria pessoa	21,9	25,2	31,2	26,6
Outra pessoa moradora do domicílio	76,4	73	66,4	71,4
Pessoa não moradora do domicílio	1,4	1,5	1,6	1,3

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 34 mostra que a grande maioria das crianças empregadas estava satisfeita com o trabalho. Mais de 80% das crianças e jovens gostavam do emprego que tinham, tanto na área rural, quanto na urbana.

Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos e de 16 e 17 anos trabalhando, de acordo com a satisfação no emprego, nos meios urbano e rural - 2001

Satisfeito no emprego?	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Sim	81	82,9	80,5	79,3
Não	18,9	16,8	19,3	20,1

Fonte: PNAD 2001.

Aos que não estavam satisfeitas no emprego, foi perguntado o motivo para tal. Os resultados encontram-se na Tabela 35. No meio rural, o principal motivo alegado foi que o trabalho era cansativo

(57%, entre as crianças e 39%, entre os jovens) e, na área urbana, porque não eram bem remuneradas (38%, entre os que têm 15 anos ou menos e 49%, para os demais). Trabalho cansativo significa esforço extra para os menores, esforço que pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos. Segundo Forastieri (1997), locais de trabalho, equipamentos, móveis, utensílios e métodos não são projetados para utilização por crianças, mas, sim, por adultos. Portanto, podem provocar problemas ergonômicos, fadiga e maior risco de acidentes. As crianças não estão cientes do perigo envolvido em algumas atividades e, em caso de acidentes, geralmente não sabem como reagir. Por causa das diferenças físicas, biológicas e anatômicas das crianças, quando comparadas aos adultos, elas são menos tolerantes ao calor, aos barulho, aos produtos químicos, às radiações etc., isto é, menos tolerantes a ocupações perigosas, que podem trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

Tabela 35 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade, de acordo com o motivo principal pelo qual não estavam satisfeitas com o emprego, nos meios urbano e rural - 2001

Motivo principal pelo qual não estava satisfeito com o emprego	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Ganhava pouco	8,8	37,7	24,6	48,5
Não tinha tempo para estudar	8,5	8,4	10,3	6,2
Trabalho cansativo	57	30,4	39,4	23,5
Não gostava de trabalhar	13	8,3	6,9	2,8
Não tinha bom relacionamento com o empregador	0,4	1,8	0,2	2
O pagamento atrasava	-	-	0,4	1,4
Outro motivo	11,9	11,5	17	12,7

Fonte: PNAD 2001.

A maioria das crianças trabalha porque quer (62%, no meio rural e 77%, no meio urbano, entre as crianças e, para os jovens, 77% e 88%, respectivamente). Entretanto, é grande a porcentagem que trabalha porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhem, conforme pode ser visto na Tabela 36.

Tabela 36 - Porcentagem de crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por grupos de idade, de acordo com o motivo principal pelo qual tinham que trabalhar, nos meios urbano e rural - 2001

Motivo principal que tinha para trabalhar	5 a 15 anos		16 e 17 anos	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Querer trabalhar	62,3	77,5	77,4	88,3
Pais querem que trabalhem	37,6	22,3	22,4	11,1

Fonte: PNAD 2001.

Observa-se, com base nos dados da PNAD, que a contribuição dos rendimentos das crianças para a renda familiar pode ser importante, principalmente, porque, nas famílias em que filhos menores trabalham, a renda per capita é muito baixa. A Tabela 37 mostra a frequência de famílias brasileiras com crianças trabalhando cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. No caso das crianças, em 37% das famílias urbanas e em 47% das rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 20% e, em mais de 12% das famílias, ultrapassa os 40%. Já entre os jovens, mais da metade contribui com 20% ou mais da renda familiar, sendo que, em cerca de 18% das famílias, a contribuição para o orçamento passa dos 40%, tanto nas cidades, como no campo.

Tabela 37 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças/jovens contribuem para certa porcentagem da renda familiar, segundo grupo de idade e situação do domicílio - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos dos trabalhadores na renda familiar	Porcentagem de famílias (crianças de 5 a 15 anos)		Porcentagem de famílias (crianças de 16 a 17 anos)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0 - 10]	34,0	22,4	15,5	13,8
(10 - 20]	28,6	30,7	30,9	27,8
(20 - 30]	16,6	19,3	22,7	21,6
(30 - 40]	9,2	13,9	12,9	18,4
(40 - 100]	11,6	13,7	18,1	18,5

Fonte: PNAD 2001.





Incidência e características do trabalho infantil perigoso

A Tabela 38 mostra o número de pessoas de 5 a 17 anos trabalhando em ocupações perigosas, assim como a proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, por região e no Brasil urbano/rural. Na região Norte, a PNAD não inclui a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e, portanto, reflete só a área urbana. A proporção de pessoas em trabalhos perigosos é alta, com mais de 30%, na área rural do Brasil, e mais de 40%, na urbana. Excluindo o Norte, a região Centro-Oeste e Sudeste apresentaram as maiores porcentagens. Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais tiveram as maiores proporções, enquanto que Alagoas e Pernambuco tiveram as mais baixas porcentagens de trabalho perigoso.

Tabela 38 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, por região e no Brasil urbano/rural - 2001

Região/estado	Porcentagem	Número
NORTE	51,41	145.239
Rondônia	50,96	10.622
Acre	47,56	5.642
Amazonas	51,66	22.633
Roraima	50,01	2.232
Pará	52,34	70.601
Amapá	42,83	1.461
Tocantins	50,68	32.048
NORDESTE	32,32	753.705
Maranhão	37,69	138.589
Piauí	31,05	44.978
Ceará	37,13	139.040
Rio Grande do Norte	38,34	33.799
Paraíba	32,74	42.419
Pernambuco	28,05	101.251
Alagoas	27,09	38.533
Sergipe	33,14	20.860
Bahia	31,48	194.236
SUDESTE	47,46	751.390
Minas Gerais	52,09	301.438

Região/estado	Porcentagem	Número
Espírito Santo	61,67	66.875
Rio de Janeiro	43,32	64.237
São Paulo	42,63	318.840
SUL	43,2	397.971
Paraná	38,64	134.547
Santa Catarina	45,18	93.466
Rio Grande do Sul	46,42	169.958
CENTRO-OESTE	49,25	178.962
Mato Grosso do Sul	48,25	30.968
Mato Grosso	50,16	52.623
Goiás	49,72	85.130
Distrito Federal	44,45	10.241
Brasil rural	31,36	718.501
Brasil urbano	44,19	1.508.766

Fonte: PNAD, 2001.

A região Norte não inclui a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A Tabela 39 apresenta o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações perigosas. Essas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”), que priorizaram os lugares nos quais há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho. De acordo com a Tabela 39, a grande maioria trabalha em plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores (atividades agrícolas), em seguida, está o emprego doméstico, a construção civil e o comércio ambulante, considerados de extremo risco para crianças e adolescentes. Também é elevado o número de cozinheiros, garçons e mecânicos. Quando algumas atividades agrícolas são selecionadas como sendo perigosas, encontram-se quase dois milhões de pessoas de 5 a 17 anos envolvidas em ocupações perigosas.



Tabela 39 – Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades consideradas perigosas, por ocupação, incluindo todos os trabalhadores rurais e selecionando algumas atividades agrícolas - 2001

Ocupações	Nº indivíduos	%	Nº indivíduos	%
*Atividades agrícolas	2.364.540	59,7	589.691	26,48
Emprego doméstico	494.002	12,67	494.002	22,18
Construção civil	183.247	4,7	183.247	8,23
Comércio ambulante	179.721	4,61	179.721	8,07
Cozinheiro/garçon	162.943	4,18	162.943	7,32
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	124.158	3,18	124.158	5,57
Acondicionador	94.865	2,43	94.865	4,26
Costureira/bordadeira	88.603	2,27	88.603	3,98
Extratativismo vegetal e mineral	58.58	1,5	58.580	2,63
Marcenaria	40.094	1,03	40.094	1,80
Fabricação de calçados	39.452	1,01	39.452	1,77
Doceiro/padeiro	33.677	0,86	33.677	1,51
Eletricista	31.448	0,81	31.448	1,41
Indústrias diversas	26.580	0,68	26.580	1,19
Produção de cerâmica/olaria	23.299	0,60	23.299	1,05
Borracheiro	10.800	0,28	10.800	0,48
Tecelagem	10.575	0,27	10.575	0,47
Ind. papel, borracha, plástico	6.204	0,16	6.204	0,28
Indústria de vidros/vidraceiro	4.735	0,12	4.735	0,21
Afiador/ferramenteiro/cunhador	3.764	0,10	3.678	0,17
Indústria de couro	3.678	0,09	3.764	0,17
Indústria metalúrgica	3.502	0,09	3.502	0,16
Militar/Guarda de segurança	3.208	0,08	3.208	0,14
Tapeteiro/tecelão	3.070	0,08	3.070	0,14
Lixeiro	2.434	0,06	2.434	0,11
Marmorista	1.439	0,04	1.439	0,04
Encanador	1.401	0,04	1.401	0,04
Draguista	1.335	0,03	1.335	0,03
Estivador	762	0,02	762	0,03

Fonte: PNAD 2001.

*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

A Tabela 40 fornece o número e a proporção de crianças de 5 a 13 anos e de jovens de 14 a 17 anos engajadas em trabalhos perigosos. A maioria das crianças trabalha em atividades agrícolas, comércio ambulante e emprego doméstico, nessa ordem. Já a maioria dos jovens está em emprego doméstico, atividades agrícolas e construção civil.

Tabela 40 – Número e proporção de pessoas de 5 a 13 anos e de 14 a 17 anos em atividades perigosas no Brasil, por ocupação - 2001

Ocupações	Nº indivíduos de 5 a 13 anos	%	Nº indivíduos de 14 a 17 anos	%
Acondicionador	8.432	1,55	86.433	5,14
*Atividades agrícolas	232.166	42,64	357.525	21,25
Comércio ambulante	82.972	15,24	96.749	5,75
Encanador	-	-	1.401	0,08
Borracheiro	2.938	0,54	7.862	0,47
Fabricação de calçados	2.317	0,43	37.135	2,21
Costureira/bordadeira	23.176	4,26	65.427	3,89
Cozinheiro/garçon	36.378	6,68	126.565	7,52
Doceiro/padeiro	6.096	1,12	27.581	1,64
Draguista	-	-	1.335	0,08
Eletricista	1.638	0,3	29.810	1,77
Emprego doméstico	72.489	13,31	421.513	25,05
Estivador	-	-	762	0,05
Extrativismo vegetal e mineral	22.436	4,12	36.144	2,15
Afiador/ferramenteiro/cunhador	344	0,06	3.420	0,2
Indústria de couro	-	-	3.678	0,22
Indústrias diversas	5.354	0,98	21.226	1,26
Tecelagem	2.010	0,37	8.565	0,51
Lixeiro	1.165	0,21	1.269	0,08
Marcenaria	3.806	0,7	36.288	2,16
Marmorista	719	0,13	720	0,04
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	14.479	2,66	109.679	6,52
Indústria metalúrgica	-	-	3.502	0,21
Militar/guarda de segurança	701	0,13	2.507	0,15
Produção de cerâmica/olaria	7.852	1,44	15.447	0,92
Indústria papel, borracha e plástico	-	-	6.204	0,37
Construção civil	16.343	3,00	166.904	9,92
Tapeceiro/tecelão	210	0,04	2.860	0,17
Indústria de vidros/vidraceiro	482	0,09	4.253	0,25

Fonte: PNAD 2001.

*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

No meio rural, quase 70% das crianças e jovens trabalham em atividades agrícolas perigosas, como pode ser observado na Tabela 41. Além dessa ocupação, mais de 11% são empregados domésticos e quase 6% trabalham com extrativismo vegetal e mineral. Na área urbana, a maioria é empregada doméstica (27%), mais de 11% trabalham na construção civil e como ambulantes, 10% como cozinheiros ou garçons, e 8% como mecânico.

Tabela 41 – Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos, em determinadas ocupações perigosas, nas áreas urbana e rural do Brasil - 2001

Ocupações	Rural		Urbano		Total
	Número	%	Número	%	
Acondicionador	8.872	1,23	85.993	5,70	94.865
Atividades agrícolas	493.453	68,68	96.238	6,38	589.691
Comércio ambulante	12.137	1,69	167.584	11,11	179.721
Encanador	-	-	1.401	0,09	1.401
Borracheiro	857	0,12	9.943	0,66	10.800
Fabricação de calçados	2.994	0,42	36.458	2,42	39.452
Costureira/bordadeira	19.379	2,70	69.224	4,59	88.603
Cozinheiro/garçom	15.031	2,09	147.912	9,80	162.943
Doceiro/padeiro	3.497	0,49	30.180	2,00	33.677
Draguista	-	-	1.335	0,09	1.335
Eletricista	-	-	31.448	2,08	31.448
Emprego doméstico	79.982	11,13	414.02	27,44	494.002
Estivador	-	-	762	0,05	762
Extrativismo vegetal e mineral	40.182	5,59	18.398	1,22	58.580
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	3.764	0,25	3.764
Indústria de couro	-	-	3.678	0,24	3.678
Indústrias diversas	2.571	0,36	24.009	1,59	26.580
Tecelagem	3.847	0,54	6.728	0,45	10.575
Lixeiro	-	-	2.434	0,16	2.434
Marcenaria	5.246	0,73	34.848	2,31	40.094
Marmorista	-	-	1.439	0,10	1.439
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	5.466	0,76	118.692	7,87	124.158
Indústria metalúrgica	-	-	3.502	0,23	3.502
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	3.208	0,21	3.208
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	8.344	1,16	14.955	0,99	23.299
Indústria de papel, borracha e plástico	981	0,14	5.223	0,35	6.204
Construção civil	13.965	1,94	169.282	11,22	183.247
Tapeceiro/tecelão	1.697	0,24	1.373	0,09	3.070
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	4.735	0,31	4.735
Total	718.501	100,00	1.508.766	100,00	2.227.267

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 42 contém o número de crianças e jovens em ocupações perigosas, por região do Brasil. As maiores diferenças ocorrem no Norte e Nordeste, com relação ao resto do país, onde se observa uma alta porcentagem no comércio ambulante e extrativismo vegetal e animal. As atividades agrícolas, o emprego doméstico e a construção civil predominam em todas as regiões – exceto atividades agrícolas no Norte, onde não foi pesquisado o meio o rural. Também pode ser observada a predominância das ocupações condicionador e fabricação de calçados, no Sul e Sudeste.

Tabela 42 – Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em determinadas ocupações perigosas, por região do Brasil - 2001

Ocupação	CO		NE		NO		S		SE		Total
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Acondicionador	5.051	2,82	12.681	1,68	3.004	2,07	29.805	7,49	44.324	5,90	94.865
Atividades agrícolas	55.280	30,89	207.239	27,50	16.403	11,29	142.466	35,80	168.303	22,40	589.691
Comércio ambulante	9.969	5,57	97.954	13,00	21.317	14,68	10.451	2,63	40.030	5,33	179.721
Bombeiro	-	-	-	-	156	0,11	413	0,10	832	0,11	1.401
Borracheiro	1.158	0,65	3.490	0,46	1.244	0,86	2.227	0,56	2.681	0,36	10.800
Fabricação de calçados	-	-	1.591	0,21	-	-	17.878	4,49	19.983	2,66	39.452
Costureira/bordadeira	5.141	2,87	42.358	5,62	597	0,41	11.949	3,00	28.558	3,80	88.603
Cozinheiro/garçon	11.113	6,21	44.704	5,93	11.933	8,22	25.968	6,53	69.225	9,21	162.943
Doceiro/padeiro	2.568	1,43	11.677	1,55	4.860	3,35	5.551	1,39	9.021	1,20	33.677
Draguista	-	-	-	-	205	0,14	1.130	0,28	-	-	1.335
Eletricista	1.629	0,91	3.268	0,43	1.706	1,17	4.187	1,05	20.658	2,75	31.448
Emprego doméstico	46.912	26,21	175.688	23,31	48.622	33,48	62.470	15,70	160.310	21,34	494.002
Estivador	-	-	762	0,10	-	-	-	-	-	-	762
Extrativismo vegetal e mineral	1.696	0,95	40.855	5,42	3.732	2,57	3.237	0,81	9.060	1,21	58.580
Afiador/ferramenteiro/cunhador	986	0,55	211	0,03	-	-	1.724	0,43	843	0,11	3.764
Indústria de couro	-	-	497	0,07	-	-	1.908	0,48	1.273	0,17	3.678
Indústrias diversas	1.649	0,92	3.769	0,50	1.547	1,07	6.285	1,58	13.330	1,77	26.580
Tecelagem	-	-	4.845	0,64	-	-	1.504	0,38	4.226	0,56	10.575
Lixeiro	-	-	496	0,07	-	-	772	0,19	1166	0,16	2.434
Marcenaria	4.822	2,69	6.964	0,92	6.199	4,27	9.611	2,42	12.498	1,66	40.094
Marmorista	-	-	-	-	-	-	-	-	1.439	0,19	1.439
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	12.840	7,17	30.104	3,99	7.718	5,31	19.074	4,79	54.422	7,24	124.158
Indústria metalúrgica	-	-	-	-	-	-	365	0,09	3.137	0,42	3.502
Serviço militar/guarda de segurança	197	0,11	497	0,07	408	0,28	2.106	0,53	-	-	3.208
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	643	0,36	18.669	2,48	1.375	0,95	207	0,05	2.405	0,32	23.299
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	211	0,03	-	-	3.278	0,82	2.715	0,36	6.204
Construção civil	17.308	9,67	44.061	5,85	13.682	9,42	32.633	8,20	75.563	10,06	183.247
Tapeceiro/tecelão	-	-	421	0,06	386	0,27	-	-	2.263	0,30	3.070
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	693	0,09	145	0,10	772	0,19	3.125	0,42	4.735
Total	178.962	100,00	753.705	100,00	145.239	100,00	397.971	100,00	751.390	100,00	2.227.267

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 43 apresenta a porcentagem de crianças e jovens em ocupações perigosas, por unidade da federação no Brasil. Excetuando-se a região Norte, que não possui dados sobre o meio rural, predominam atividades agrícolas, em quase todos os estados. No Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso, metade das crianças e jovens que trabalham em ocupações perigosas desempenha atividades agrícolas. No Maranhão, é alta a proporção de pessoas envolvidas com extrativismo vegetal e mineral. O emprego doméstico e o comércio ambulante também empregam bastante. Maranhão e Sergipe têm as maiores proporções de ambulantes, e Goiás, de empregados domésticos. Altas porcentagens de indivíduos na construção civil são encontradas, principalmente, no Distrito Federal, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro, também é alta a porcentagem de cozinheiro e garçom.



Tabela 43 – Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em determinadas ocupações perigosas, por unidade da federação - 2001

Função	Região Norte						
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO
Acondicionador	5,77	-	5,13	-	0,55	-	2,63
Atividades agrícolas	7,70	15,38	-	-	7,11	-	30,26
Comércio ambulante	5,76	25,59	16,67	53,85	17,21	16,63	5,92
Bombeiro	-	-	-	-	0,22	-	-
Borracheiro	-	-	1,28	-	0,66	33,40	-
Fabricação de calçados	-	-	-	-	-	-	-
Costureira/bordadeira	-	-	-	-	0,55	-	0,66
Cozinheiro/garçon	7,69	2,55	5,13	-	11,16	16,63	5,26
Doceiro/padeiro	1,92	-	8,98	7,71	3,18	-	0,66
Draguista	1,93	-	-	-	-	-	-
Eletricista	7,69	-	1,29	-	0,55	-	0,66
Emprego doméstico	32,70	41,07	33,33	15,37	36,27	33,33	27,63
Estivador	-	-	-	-	-	-	-
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	1,28	-	2,19	-	5,92
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de couro	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias diversas	-	-	5,13	-	0,55	-	-
Tecelagem	-	-	-	-	-	-	-
Lixeiro	-	-	-	-	-	-	-
Marcenaria	11,53	2,57	6,41	-	4,49	-	0,66
Marmorista	-	-	-	-	-	-	-
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	5,77	2,57	2,56	15,37	6,46	-	4,61
Indústria metalúrgica	-	-	-	-	-	-	-
Serviço militar/guarda de segurança	3,84	-	-	-	-	-	-
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	-	2,57	-	-	0,55	-	2,63
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-
Construção civil	7,69	5,12	12,82	7,71	7,78	-	12,51
Tapeceiro/tecelão	-	-	-	-	0,55	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	2,57	-	-	-	-	-
Número total	10,622	5,642	22,633	2,232	70,601	1,461	32,048

Função	Região Nordeste								
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Acondicionador	0,55	-	1,47	1,45	2,17	3,72	1,24	-	2,17
Atividades agrícolas	14,29	22,09	12,29	40,58	27,17	43,37	48,14	24,20	34,83
Comércio ambulante	21,98	16,28	7,78	10,14	13,04	10,12	14,81	20,97	10,33
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracheiro	-	1,16	-	1,45	-	1,03	1,23	-	0,50
Fabricação de calçados	-	-	0,66	-	1,09	-	-	-	0,11
Costureira/bordadeira	1,10	4,65	19,63	2,90	1,09	2,26	4,94	11,28	1,78
Cozinheiro/garçon	2,20	6,98	6,24	5,80	11,96	4,26	3,71	6,45	8,09
Doceiro/padeiro	1,10	1,16	2,28	5,80	4,35	-	-	-	1,37
Draguista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletricista	-	-	0,66	-	-	-	-	-	1,21
Emprego doméstico	25,28	25,58	27,61	20,29	25,00	20,09	19,75	14,51	21,79
Estivador	0,55	-	-	-	-	-	-	-	-
Extrativismo vegetal e mineral	19,23	6,98	4,44	-	-	1,03	-	-	1,98
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	0,15	-	-	-	-	-	-
Indústria de couro	-	-	0,36	-	-	-	-	-	-
Indústrias diversas	-	-	0,51	-	1,09	0,72	-	-	0,96
Tecelagem	-	-	2,39	-	-	1,03	-	-	0,25
Lixeiro	-	-	0,36	-	-	-	-	-	-
Marcenaria	0,55	-	0,96	-	3,26	0,72	-	3,23	1,07
Marmorista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	2,75	2,33	4,47	1,45	4,35	4,33	4,94	6,45	4,67
Indústria metalúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	0,36	-	-	-	-	-	-
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	3,85	6,98	1,58	1,45	3,26	1,54	-	8,07	1,49
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11
Construção civil	6,60	5,81	5,49	8,70	2,17	5,79	1,24	4,84	6,93
Tapeceiro/tecelão	-	-	0,30	-	-	-	-	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	0,36
Número total	138,589	44,978	139,040	33,799	42,419	101,251	38,533	20,860	194,236

Função	Região Sudeste				Região Sul		
	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS
Acondicionador	1,79	2,03	5,68	10,64	8,62	6,71	7,02
Atividades agrícolas	36,16	54,05	3,24	6,61	30,13	51,22	31,81
Comércio ambulante	5,82	4,73	12,85	3,47	2,40	2,44	2,91
Bombeiro	-	-	1,30	-	-	-	0,24
Borracheiro	0,19	-	0,65	0,53	0,81	0,61	0,33
Fabricação de calçados	1,31	-	-	5,03	-	-	10,52
Costureira/bordadeira	3,74	0,68	5,03	4,27	2,63	4,88	2,27
Cozinheiro/garçon	8,07	12,84	10,34	9,31	9,33	3,66	5,88
Doceiro/padeiro	0,80	1,35	0,93	1,60	1,25	1,22	1,61
Draguista	-	-	-	-	-	-	0,66
Eletricista	1,11	-	1,87	5,05	0,81	0,61	1,48
Emprego doméstico	22,85	11,49	22,07	21,83	20,15	11,59	14,43
Estivador	-	-	-	-	-	-	-
Extrativismo vegetal e mineral	0,56	2,03	5,39	0,80	1,15	-	1,00
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	-	0,26	0,44	0,61	0,33
Indústria de couro	-	-	0,65	0,27	-	0,61	0,79
Indústrias diversas	0,56	-	0,93	3,46	1,15	1,83	1,79
Tecelagem	0,56	-	-	0,79	0,27	1,22	-
Lixeiro	0,19	-	0,93	-	-	-	0,45
Marcenaria	1,43	1,35	3,45	1,59	3,27	1,83	2,06
Marmorista	0,48	-	-	-	-	-	-
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	5,17	4,73	13,29	8,51	4,25	5,49	4,84
Indústria metalúrgica	0,19	-	-	0,81	0,27	-	-
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	-	-	1,15	-	0,33
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	0,38	-	0,65	0,27	-	-	0,12
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	1,58	0,53	0,71	1,22	0,70
Construção civil	7,28	4,73	8,55	14,10	11,23	4,27	7,96
Tapeceiro/tecelão	0,75	-	-	-	-	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	0,61	-	0,65	0,27	-	-	0,45
Total	301,438	66,875	64,237	318,840	134,547	93,466	169,958

Função	Região Centro-Oeste				Brasil
	MS	MT	GO	DF	Total
Acondicionador	2,06	2,61	2,64	7,68	4,26
Atividades agrícolas	37,12	49,02	21,13	-	26,48
Comércio ambulante	3,09	1,96	8,68	5,77	8,07
Bombeiro	-	-	-	-	0,06
Borracheiro	1,03	-	0,75	1,92	0,48
Fabricação de calçados	-	-	-	-	1,77
Costureira/bordadeira	1,03	-	5,66	-	3,98
Cozinheiro/garçon	4,13	6,54	5,66	15,39	7,32
Doceiro/padeiro	1,03	-	2,64	-	1,51
Draguista	-	-	-	-	0,06
Eletricista	1,03	0,65	1,13	-	1,41
Emprego doméstico	22,67	15,68	32,07	42,31	22,18
Estivador	-	-	-	-	0,03
Extrativismo vegetal e mineral	-	2,61	0,38	-	2,63
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	0,65	0,75	-	0,17
Indústria de couro	-	-	-	-	0,17
Indústrias diversas	1,03	1,31	0,75	-	1,19
Tecelagem	-	-	-	-	0,47
Lixeiro	-	-	-	-	0,11
Marcenaria	4,12	3,92	1,51	1,92	1,80
Marmorista	-	-	-	-	0,06
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	8,25	5,23	7,92	7,68	5,57
Indústria metalúrgica	-	-	-	-	0,16
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	-	1,92	0,14
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	-	-	0,76	-	1,05
Indústria de papel, borracha e plástico	-	-	-	-	0,28
Construção civil	13,40	9,81	7,54	15,39	8,23
Tapeteiro/tecelão	-	-	-	-	0,14
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	0,21
Total	30,968	52,623	85,130	10,241	2.227.267

Fonte: PNAD 2001.



Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC

